

O Capital

Karl Marx

Parte 1 - Capítulo 1: A Mercadoria

Sumário:

Seção 1 - [Os Dois Fatores da Mercadoria: Valor-de-Uso e Valor-de-Troca ou Valor Propriamente Dito \(Substância do Valor, Grandeza do Valor\)](#)

Seção 2 - [Duplo Caracter do Trabalho Representado na Mercadoria](#)

Seção 3 - [A Forma do Valor \[ou o valor-de-troca\]](#)

A - [Forma simples, \[singular\] ou acidental do valor](#)

1. [Os dois pólos da expressão do valor: a forma relativa e a forma de equivalente](#)
2. [A forma relativa do valor](#)
 - a) [Conteúdo desta forma](#)
 - b) [Determinação quantitativa da forma-valor relativa](#)
3. [A forma de equivalente e suas particularidades](#)
4. [A forma-valor simples, no seu conjunto](#)

B - [Forma-valor total ou desenvolvida](#)

1. [A forma desenvolvida do valor relativo](#)
2. [A forma-equivalente particular](#)
3. [Defeitos da forma-valor total ou desenvolvida](#)

C - [Forma geral do valor](#)

1. [Mudança de carácter da forma-valor](#)
2. [Relação entre o desenvolvimento da forma-valor relativa e o da forma-equivalente](#)
3. [Transição da forma-valor geral à forma-dinheiro](#)

D - [Forma-dinheiro](#)

Seção 4 - [O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo](#)

Seção 1

Os Dois Factores da Mercadoria: Valor-de-Uso e Valor-de-Troca ou Valor Propriamente Dito (Substância do valor, Grandeza do Valor)

A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma «imensa acumulação de mercadorias». **1** A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação.

A mercadoria é, antes de tudo, um objecto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. **2** Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objecto é um meio de subsistência, [objecto de consumo,] indirectamente, se é um meio de produção.

Todas as coisas úteis, como o ferro, o papel, etc., podem ser consideradas sob um duplo ponto de vista: o da *qualidade* e o da *quantidade*. Cada uma delas é um conjunto de propriedades diversas, podendo, por conseguinte, ser útil sob diferentes aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, ao mesmo tempo, os diversos usos das coisas, isso é obra da história. **3** Assim, a descoberta de medidas sociais para quantificar as coisas úteis: a diversidade destas medidas decorre, em parte, da natureza diversa dos objectos a medir, em parte, de convenção.

A utilidade de uma coisa transforma essa coisa num *valor-de-uso*. **4** Mas esta utilidade nada tem de vago e de indeciso. Sendo determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, não existe sem ele. O próprio corpo da mercadoria, tal como o ferro, o trigo, o diamante, etc., é, consequentemente, um valor-de-uso, e não é o maior ou menor trabalho necessário ao homem para se apropriar das qualidades úteis que lhe confere esse carácter. Quando estão em causa valores-de-uso, subentende-se sempre uma quantidade determinada, como uma dúzia de relógios, um metro de tecido, uma tonelada de ferro, etc. Os valores-de-uso das mercadorias constituem o objecto de um saber particular: a ciência e a arte comerciais. **5** Os valores-de-uso só se realizam pelo uso ou pelo consumo. Constituem o *conteúdo material da riqueza*, qualquer que seja a forma social dessa riqueza. Na sociedade que nos propomos examinar, são, ao mesmo tempo, os suportes materiais do *valor-de-troca*.

O valor-de-troca surge, antes de tudo, como a relação *quantitativa*, a proporção em que valores-de-uso de espécie diferente se trocam entre si, **6** relação que varia constantemente com o tempo e o lugar. O valor-de-troca parece, portanto, qualquer coisa de arbitrário e de puramente relativo; um valor-de-troca intrínseco, imanente à mercadoria, parece ser, como diz a escola, uma *contradictio in adjecto* ^(*). **7**

Vejamus a questão mais de perto. Uma mercadoria particular (por exemplo um alqueire de trigo) troca-se por outros artigos nas mais diversas proporções. [Portanto, o trigo tem múltiplos valores-de-troca, em vez de um só]. No entanto, o seu valor-de-troca permanece imutável, independentemente da maneira por que se exprime: em x de cera, em y de seda, em z de ouro, etc. [Uma vez que cada uma dessas coisas - x cera, y seda, z ouro - é o valor-de-troca de 1 alqueire de trigo, elas têm de ser - por sua vez - valores-de-troca permutáveis entre si e iguais. Daqui resultam duas coisas: em primeiro lugar, os valores-de-troca válidos para uma mesma mercadoria exprimem uma igualdade; em segundo lugar, porém,] o valor-de-troca tem de ter um conteúdo distinto dessas diversas expressões.

Tomemos agora duas mercadorias, trigo e ferro, por exemplo. Qualquer que seja a sua relação de troca, ela pode ser sempre representada por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é considerada igual a uma quantidade qualquer de ferro (por exemplo, 1 alqueire de trigo = a quilos de ferro). Que significa esta equação? Significa que em dois objectos diferentes, em 1 alqueire de trigo e em a quilos de ferro, existe algo de comum. Ambos os objectos são, portanto, iguais a um *terceiro* que, em si mesmo, não é nem um nem outro. Cada um deles deve, enquanto valor-de-troca, ser redutível ao terceiro, independentemente do outro.

Um exemplo extraído da geometria elementar ilustra isso claramente. Para medir e comparar as superfícies de qualquer figura rectilínea, decompômo-la em triângulos. Depois reduzimos o triângulo a uma expressão completamente diferente do seu aspecto visível: ao semi-produto da base pela altura. Do mesmo modo, os valores-de-troca das mercadorias devem ser reduzidos a qualquer coisa de *comum*, de que representam um mais ou um menos.

Este elemento comum não pode ser uma propriedade natural qualquer - geométrica, física, química, etc. - das mercadorias. As qualidades naturais destas só são tomadas em consideração, na medida em que lhes conferem uma utilidade que as torna valores-de-uso. Mas, por outro lado, é evidente que na troca se faz abstracção do valor-de-uso das mercadorias, sendo a relação de troca caracterizada precisamente por essa abstracção. Na troca, um valor-de-uso vale precisamente tanto como qualquer outro, desde que se encontre na proporção adequada. Ou, como diz o velho Barbon: «Uma espécie de mercadoria é tão boa como outra, quando o seu valor-de-troca é igual; não existe nenhuma diferença, nenhuma distinção entre coisas de igual valor-de-troca». ⁸ Como valores-de-uso, as mercadorias são, sobretudo, de *qualidade* diferente; como valores-de-troca só podem ser de *quantidade* diferente [e não contêm, portanto, um só átomo de valor-de-uso].

Ora, se abstrairmos do valor-de-uso das mercadorias, resta-lhes uma única qualidade; a de serem *produto do trabalho*. Então, porém, já o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Com efeito, se abstrairmos do seu valor-de-uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objecto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com os caracteres úteis particulares dos produtos do trabalho, desaparecem o carácter útil dos trabalhos neles contidos e as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho. Apenas resta, portanto, o carácter comum desses trabalhos; todos eles são reduzidos ao mesmo trabalho humano, [trabalho humano *abstracto*,] a um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Eles assemelham-se completamente uns aos outros. Todos eles têm uma mesma realidade fantástica, invisível. Metamorfoseados em *sublimados* idênticos, fracções do mesmo trabalho indistinto, todos estes objectos manifestam apenas uma coisa: que na sua produção foi dispendida uma força de trabalho humano, que neles está acumulado trabalho humano [independentemente da forma concreta do trabalho]. Enquanto cristais dessa substância social comum, são considerados valores [,valores-mercadoria].

[Na própria relação de troca das mercadorias o seu valor-de-troca aparece-nos como algo de completamente independente dos seus valores-de-uso. Ora, se abstrairmos efectivamente do valor-de-uso dos produtos do trabalho, teremos o seu valor, tal como acaba de ser determinado.] O que há de comum nas mercadorias e que se mostra na relação de troca ou no valor-de-troca é, pois, o seu valor. [Adiante voltaremos a considerar o valor-de-troca, como necessário modo de expressão ou forma de manifestação do valor. Para já, contudo, há que considerar o valor independentemente dessa forma.]

Vimos que um valor-de-uso ou um artigo qualquer só tem valor na medida em que nele está [objectivizado,] materializado trabalho humano [abstracto]. Ora, como medir a *grandeza* do seu *valor*? Pela quantidade da substância «criadora de valor» nele contida, isto é, pela *quantidade de trabalho*. Por sua vez, a quantidade de trabalho tem por medida a sua duração, e o tempo de trabalho mede-se em unidades de tempo, tais como a hora, o dia, etc.

Poder-se-ia imaginar que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto na sua produção, então quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem mais valor terá a sua mercadoria, pois emprega mais tempo na sua produção. Contudo, o trabalho que constitui a substância do valor das mercadorias é trabalho igual e indistinto, um dispêndio da mesma força de trabalho. A totalidade da força de trabalho *da sociedade*, que se manifesta no conjunto dos valores, só releva, por conseguinte, como força única, embora se componha de inúmeras forças individuais. Cada força de trabalho individual é igual a qualquer outra, na medida em que possui o carácter de uma força social média e funciona como tal, isto é, emprega na produção de uma mercadoria apenas o tempo de trabalho necessário em média, ou o *tempo de trabalho socialmente necessário*.

O tempo socialmente necessário à produção das mercadorias é o tempo exigido pelo trabalho executado com um grau médio de habilidade e de intensidade e em condições normais, relativamente ao meio social dado. Depois da introdução do tear a vapor na Inglaterra, passou a ser

necessário talvez apenas metade de trabalho que anteriormente era necessário para transformar em tecido uma certa quantidade de fio. O tecelão manual inglês, esse continuou a precisar do mesmo tempo que antes para executar essa transformação; mas, a partir desse momento, o produto da sua hora de trabalho individual passou a representar apenas metade de uma hora social, não criando mais que metade do valor anterior.

É, pois, somente a quantidade de trabalho ou o tempo de trabalho necessário numa dada sociedade para a produção de um artigo que determina a grandeza do seu valor.⁹ Cada mercadoria particular conta em geral como um exemplar médio da sua espécie.¹⁰ As mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo têm, portanto, um valor igual. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção da outra. [«Como valores, as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado» [10a](#)]

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria, evidentemente, constante se o tempo necessário à sua produção permanecesse constante. Contudo, este último varia com cada modificação da força produtiva ou produtividade do trabalho, que, por sua vez, depende de circunstâncias diversas: entre outras, da habilidade média dos trabalhadores, do desenvolvimento da ciência e do grau da sua aplicação tecnológica, das combinações sociais da produção, da extensão e eficácia dos meios de produção e de condições puramente naturais. A mesma quantidade de trabalho é representada, por exemplo, por oito alqueires de trigo se a estação é favorável e por quatro alqueires somente, no caso contrário. A mesma quantidade de trabalho extrai mais metal das minas ricas do que das minas pobres, etc. Os diamantes só raramente aparecem na camada superior da crosta terrestre; para encontrá-los, torna-se necessário, em média, um tempo considerável, de modo que representam muito trabalho num pequeno volume. É duvidoso que o ouro tenha alguma vez pago completamente o seu valor. Isto ainda é mais verdadeiro no caso dos diamantes. Segundo Eschwege, o produto total da exploração das minas de diamantes do Brasil, durante oitenta anos, não tinha ainda atingido em 1823 o preço do produto médio de um ano e meio das plantações de açúcar ou de café do mesmo país, embora representasse muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho representaria uma maior quantidade de diamantes, cujo valor baixaria. Se se conseguisse transformar com pouco trabalho o carvão em diamante, o valor deste último desceria talvez abaixo do valor dos tijolos. Em geral: quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo necessário à produção de um artigo, menor é a massa de trabalho nele cristalizada, menor é o seu valor. Inversamente, quanto menor é a força produtiva do trabalho, maior é o tempo necessário à produção de um artigo, maior é o seu valor. A grandeza de valor de uma mercadoria varia, pois, na razão directa da quantidade e na razão inversa da produtividade do trabalho que nela se realiza

Conhecemos agora a *substância* do valor: é o trabalho. Conhecemos a medida da sua *grandeza*: é a duração do trabalho. [Resta analisar a sua *forma*, que qualifica o valor precisamente como valor-de-troca. Antes disso, porém, importa precisar as definições a que já chegámos.] [\[10\]](#)

Uma coisa pode ser um valor-de-uso e não ser um valor: basta que seja útil ao homem sem provir do seu trabalho. Assim acontece com o ar, prados naturais, terras virgens, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano e não ser mercadoria. Quem, pelo seu produto, satisfaz as suas próprias necessidades, apenas cria um valor-de-uso pessoal [,mas não uma mercadoria] .Para produzir mercadorias, tem não somente de produzir valores-de-uso, mas valores-de-uso *para os outros*, valores-de-uso sociais. [E não basta produzir para os outros. O camponês medieval produzia cereais para pagar o tributo ao senhor feudal e o dízimo à igreja. Mas nem o tributo nem o dízimo, embora produzidos para outrem, eram mercadorias. Para ser mercadoria é necessário que o produto seja transferido para outrem, que o utilize como valor-de-uso, *por meio de troca*. [10b](#)] Finalmente, nenhum objecto pode ser um valor se não for uma coisa útil. Se é inútil, o trabalho que contém é gasto inutilmente [,não conta como trabalho] e, portanto, não cria valor.

[Início da página](#)

Seção 2

Duplo Carater do Trabalho Representado na Mercadoria

Numa primeira aproximação, a mercadoria apareceu-nos sob um duplo aspecto: valor-de-uso e valor-de-troca. Vimos em seguida que todas as características que qualificam o trabalho enquanto produtor de valores-de-uso desaparecem quando ele se exprime no valor propriamente dito. Este duplo carácter do trabalho consubstanciado na mercadoria foi posto em relevo, pela primeira vez, por mim [11](#). Como a economia política gira à volta deste ponto, precisamos de analisá-lo mais detalhadamente.

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, um fato e 10 metros de tecido; admitindo que a primeira tinha o dobro do valor da segunda, então se 10 metros de tecido = x, o fato = 2 x.

O fato é um valor-de-uso que satisfaz uma necessidade particular. Resulta de um género *particular* de actividade produtiva, determinada pelo seu fim, modo de operação, objecto, meios e resultado. Ao trabalho que se manifesta na utilidade ou valor-de-uso do seu produto chamamos nós, muito simplesmente, trabalho útil. Sob este ponto de vista, ele é sempre considerado com referência à sua utilidade prática. Assim como o fato e o tecido são duas coisas úteis diferentes, [valores-de-uso qualitativamente distintos,] também o trabalho do alfaiate que faz o fato se distingue [qualitativamente] do trabalho do tecelão que faz o tecido. Se estes objectos não fossem valores-de-uso de qualidade diferente e, portanto, produtos de trabalhos úteis de qualidade diversa, não poderiam contrapor-se como mercadorias. Não se troca um fato por um fato igual, um valor-de-uso pelo mesmo valor-de-uso.

Ao conjunto dos valores-de-uso de todas as espécies corresponde um conjunto de trabalhos úteis igualmente diversos, conforme o género, a espécie, a variedade - uma *divisão social do trabalho*. Esta é condição de existência da produção de mercadorias, embora reciprocamente a produção de mercadorias não seja condição de existência da divisão social do trabalho. Nas antigas comunidades da Índia, o trabalho encontra-se socialmente dividido sem que por isso os produtos se tornem mercadorias. Ou, tomando um exemplo mais familiar, em cada fábrica existe uma divisão sistemática do trabalho, mas a essa divisão não corresponde a troca, entre os trabalhadores, dos seus produtos individuais. Somente os produtos de trabalhos privados [autónomos] e *independentes uns dos outros* se apresentam uns perante os outros como mercadorias, reciprocamente permutáveis.

Em suma: o valor-de-uso de cada mercadoria contém um trabalho útil especial ou provém de uma actividade produtiva que responde a um fim particular. Não se podem contrapor valores-de-uso como mercadorias a não ser que contenham trabalhos úteis de diferente qualidade. Numa sociedade em que os produtos assumem em geral a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, a diferença entre os diversos géneros de trabalho útil, executados independentemente uns dos outros como assunto particular de produtores autónomos, conduz a um sistema multi-ramificado, a uma divisão social do trabalho.

De resto, é totalmente indiferente para o fato ser usado pelo alfaiate ou por um dos seus clientes; em ambos os casos, serve de valor-de-uso. A relação entre o fato e o trabalho que o produz também não se altera absolutamente em nada pelo facto de a sua confecção constituir uma profissão particular, um elo da divisão social do trabalho. Desde que a necessidade de se vestir a isso o forçou, o homem confeccionou vestuário durante milhares de anos, antes que alguém se tornasse alfaiate. Mas a existência do tecido ou fato, ou de qualquer elemento da riqueza material não fornecida pela natureza, sempre pressupôs um trabalho produtivo especial destinado a adaptar as matérias naturais às necessidades humanas. O trabalho enquanto produtor de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é, independentemente das formas de sociedade, condição da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre a natureza e o homem [isto é, da vida humana].

Os valores-de-uso tecido, fato, etc. - isto é, os corpos das mercadorias - são combinações de dois elementos, matéria e trabalho. Se lhes retirarmos a soma total dos diversos trabalhos úteis que contêm, sempre resta um resíduo material, qualquer coisa fornecida pela natureza e que nada deve ao homem.

Ao produzir, o homem só pode agir tal como a própria natureza; quer dizer, ele apenas pode

modificar as formas da matéria.¹² Mais: nessa obra de simples transformação, ele é ainda constantemente coadjuvado pelas forças naturais. O trabalho não é, portanto, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Ele é o pai e a terra a mãe, como diz William Petty.

Deixemos agora a mercadoria enquanto objecto útil e voltemos ao seu valor. Segundo a nossa hipótese, o fato vale o dobro do tecido. Todavia, trata-se apenas de uma diferença *quantitativa* que, de momento, não nos interessa. Note-se, pois, que se 1 fato é igual a duas vezes 10 metros de tecido, 20 metros de tecido são iguais a 1 fato. Enquanto valores, o fato e o tecido são coisas da mesma substância, expressões objectivas de um trabalho idêntico. Mas a confecção dos fatos e a tecelagem são trabalhos [qualitativamente] diferentes. Existem, contudo, situações sociais em que a mesma pessoa é alternadamente alfaiate e tecelão, em que, portanto, estas duas espécies de trabalho são simples modalidades do trabalho de um mesmo indivíduo, e não funções fixas de indivíduos diferentes, tal como o fato que o nosso alfaiate faz hoje e as calças que fará amanhã são apenas variações do mesmo trabalho individual. Um simples olhar mostra ainda que, na nossa sociedade capitalista, de acordo com as flutuações da procura de trabalho, uma dada porção de trabalho humano é fornecida ora sob a forma de confecção de vestuário, ora sob a forma de tecelagem. É possível que essas variações da forma do trabalho não possam efectuar-se sem atritos; contudo, elas são inevitáveis.

Em última análise, se abstrairmos do seu carácter útil, toda a actividade produtiva é apenas um dispêndio de força humana. A confecção do vestuário e a tecelagem, apesar da sua diferença [qualitativa], são ambas um dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos do homem e, neste sentido, trabalho humano. [Trata-se apenas de duas formas diferentes de dispendir trabalho humano.]

Sem dúvida, a força humana de trabalho, que não faz mais que mudar de forma nas diversas actividades produtivas, tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser dispendida sob esta ou aquela forma. Mas o valor das mercadorias representa simplesmente trabalho do homem, um dispêndio de força humana em geral. Ora, tal como na sociedade civil um general ou um banqueiro desempenham um grande papel, enquanto que ao homem vulgar cabem apenas funções secundárias ¹³, o mesmo se passa com o trabalho humano: é um dispêndio da força de trabalho simples que [em média,] todo o homem comum, sem desenvolvimento especial, possui no seu organismo. É certo que o *trabalho simples* médio muda de carácter conforme as regiões e as épocas, mas numa dada sociedade é sempre determinado. O trabalho complexo (*skilled labour*, trabalho qualificado) é apenas trabalho simples *potenciado*, ou melhor, *multiplicado*, de modo que uma dada quantidade de trabalho complexo corresponde a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência mostra que esta redução se faz constantemente. Mesmo quando uma mercadoria é produto do trabalho mais complexo, o seu *valor* equipara-a numa proporção qualquer ao produto de um trabalho simples, representando, portanto, apenas uma quantidade determinada de trabalho simples ¹⁴. As diversas proporções segundo as quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas ao trabalho simples, como sua unidade de medida, estabelecem-se na sociedade sem que os produtores disso se apercebam, parecendo-lhes portanto estabelecidas pelo costume. Daí resulta que, na análise do valor, todas as variedades de força de trabalho devem ser consideradas como força de trabalho simples. [11]

Portanto, do mesmo modo que nos valores tecido e fato se abstrai da diferença dos seus valores-de-uso, igualmente se abstrai, no trabalho que estes valores representam, da diferença das suas formas úteis: confecção e tecelagem. E tal como os valores-de-uso tecido e fato são combinações de actividades produtivas especiais com o fio e a fazenda, enquanto que, ao invés, os valores destas coisas são meras cristalizações de um trabalho idêntico -, assim também os trabalhos contidos nesses valores relevam, não pela sua relação produtiva com o fio e a fazenda, mas apenas como um dispêndio da mesma força [de trabalho] humana. A tecelagem e a confecção criam o tecido e o fato [como valores-de-uso] precisamente porque têm *qualidades diferentes*; mas [a substância de] os valores do fato e do tecido, criam-na apenas na medida em que possuem uma *qualidade comum*: a qualidade de trabalho humano.

Contudo, o fato e o tecido não são apenas valores em geral, mas valores de uma grandeza determinada; e, de acordo, com a nossa hipótese, 1 fato vale o dobro de 10 metros de tecido. Como se explica esta diferença? A explicação está no facto de o tecido conter apenas metade do trabalho do fato, de modo que, para a produção deste último, a força de trabalho deve ser dispendida durante o dobro do tempo exigido pela produção do primeiro.

Se, portanto, quanto ao valor-de-uso, o trabalho contido na mercadoria apenas é relevante qualitativamente, já no que se refere à grandeza do valor, ele apenas releva quantitativamente

[uma vez que já foi reduzido a trabalho humano puro e simples]. No primeiro caso, trata-se de saber como se processa o trabalho e o que é que produz; no segundo, trata-se de saber a quantidade, a sua duração. Como a grandeza de valor de uma mercadoria representa apenas a *quantidade* de trabalho nela contido, daí resulta que todas as mercadorias, numa certa proporção, devem ter sempre valores da mesma grandeza.

Se a força produtiva, por ex., de todos os trabalhos úteis exigidos pela confecção de um fato, permanecer constante, então a grandeza do valor dos fatos aumenta com o seu número. Se 1 fato representa x dias de trabalho, 2 fatos representarão $2x$, e assim por diante. Mas admitamos que a duração do trabalho necessário à produção de 1 fato aumente para o dobro, ou se reduza a metade; no primeiro caso, 1 fato passa a ter tanto valor como anteriormente 2, e no segundo, 2 fatos passam a ter apenas o valor de 1, embora em ambos os casos o fato continue a prestar os mesmos serviços e o trabalho útil nele contido continue a ser da mesma qualidade. Mas a quantidade de trabalho gasto na sua produção, essa não permanece a mesma.

Uma quantidade maior de valores-de-uso constitui, evidentemente, uma maior *riqueza material*; com dois fatos podem vestir-se dois homens, com um fato, apenas um; etc. Todavia, a um acréscimo da massa da riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo do seu valor. Este movimento contraditório deriva do *duplo carácter* do *trabalho*. A eficácia de um trabalho útil, num certo espaço de tempo, depende da sua força produtiva ou produtividade [12]. Por isso, o trabalho útil torna-se uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão directa do aumento ou da diminuição da sua força produtiva. Pelo contrário, uma variação desta força não afecta nunca directamente o trabalho representado no valor. Uma vez que a força produtiva pertence ao trabalho concreto e útil, já não poderá afectar o trabalho desde que se abstraia dessa forma concreta e útil. Quaisquer que sejam as variações da sua força produtiva, o mesmo trabalho, no mesmo tempo, produz sempre o mesmo valor. Porém, num mesmo espaço de tempo, o mesmo trabalho produz mais valores-de-uso se aumentar a sua força produtiva, e menos se ela diminuir. Qualquer variação da força produtiva que aumente a fecundidade do trabalho e, por conseguinte, a massa dos valores-de-uso por ele produzidos, faz também diminuir o valor dessa massa assim aumentada, se reduzir o tempo total de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.

Das considerações precedentes, resulta que, embora se não possa falar propriamente em duas espécies de trabalho na mercadoria, todavia o mesmo trabalho apresenta-se nela sob dois aspectos opostos, conforme se reporte ao valor-de-uso da mercadoria, como seu produto, ou ao valor dessa mercadoria, como sua pura expressão objectiva. Todo o trabalho é, por um lado, dispêndio, no sentido fisiológico, de força humana, e é nesta qualidade de trabalho igual, [abstracto,] que ele constitui o valor das mercadorias. Todo o trabalho é, por outro lado, dispêndio da força humana sob esta ou aquela forma produtiva, determinada por um objectivo particular, e é nessa qualidade de trabalho concreto e útil que ele produz valores-de-uso ou utilidades. Tal como a mercadoria tem, antes de tudo, de ser uma utilidade para ser um valor, assim também o trabalho tem de ser, antes de tudo, útil, para ser considerado dispêndio de força humana, trabalho humano, no sentido abstracto do termo. **15**

Estão agora determinados a substância do valor e a grandeza de valor. Resta analisar a forma do valor.

[Início da página](#)

Seção 3

A Forma do Valor [ou o valor-de-troca]

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso ou de objectos-mercadorias, tais como ferro, tecido, lã, etc. É essa, precisamente, a sua forma natural [,vulgar]. Todavia, só são mercadorias na medida em que se apresentam sob um duplo aspecto: como objectos de uso e como suportes de valor. Só podem, portanto, entrar em circulação [como mercadorias ou sob a forma de mercadorias], na medida em que se apresentem sob uma *dupla forma*: a sua forma natural e a sua forma-valor.

A realidade do valor das mercadorias distingue-se da amiga de Falstaff, a viúva Quickly, pelo facto

de não sabermos onde agarrá-la [13]. Em flagrante contraste com a materialidade palpável da mercadoria, não existe um único átomo de matéria que entre no seu valor. Podemos, pois, dar voltas e mais voltas a uma certa mercadoria: enquanto objecto de valor, ela permanecerá inapreensível. No entanto, se nos recordarmos que as mercadorias só possuem valor enquanto são expressão da mesma unidade social - trabalho humano -, que, portanto, o valor das mercadorias é uma realidade puramente social, torna-se evidente que essa realidade social também só se pode manifestar nas transacções sociais, nas relações das mercadorias umas com as outras. De facto, partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar ao seu valor, aí escondido. Temos agora de voltar a essa forma de manifestação do valor.

Toda a gente sabe, mesmo quando não se sabe mais nada, que as mercadorias possuem uma particular forma-valor [comum,] que contrasta da maneira mais flagrante com as suas múltiplas formas naturais - é a *forma-dinheiro*. Importa agora fazer o que a economia burguesa nunca tentou: fornecer a *gênese da forma-dinheiro*, ou seja, seguir o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde o seu esboço mais simples e menos aparente até essa forma-dinheiro que salta aos olhos de toda a gente. Com isso se resolve e se faz desaparecer ao mesmo tempo o enigma do dinheiro.

Em geral, a única relação entre as mercadorias é uma relação de valor, e a mais simples relação de valor é, evidentemente, a relação de uma mercadoria com outra qualquer mercadoria de espécie diferente. A relação de valor ou de troca de duas mercadorias fornece, portanto, a uma mercadoria, a expressão mais simples do seu valor.

A - Forma simples, [singular] ou accidental do valor

x da mercadoria A = y da mercadoria B, ou x da mercadoria A vale y da mercadoria B. (20 metros de tecido = 1 fato, ou 20 metros de tecido valem 1 fato).

O mistério de qualquer forma-valor esconde-se nesta forma simples. É portanto na sua análise que se encontra a dificuldade.

1. Os dois pólos da expressão do valor: a forma relativa e a forma de equivalente

Duas mercadorias diferentes, A e B (no exemplo que escolhemos: o tecido e o fato) desempenham aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O tecido exprime o seu valor no fato e este fornece a matéria dessa expressão. A primeira mercadoria desempenha um papel activo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira apresenta-se como *valor relativo* [encontra-se sob a forma relativa do valor]. A segunda mercadoria funciona como *equivalente* [encontra-se sob a forma de equivalente].

A forma relativa e a forma de equivalente são dois aspectos correlativos, inseparáveis, [que se condicionam mutuamente,] mas ao mesmo tempo são *extremos opostos, que se excluem mutuamente*, isto é, *pólos* da mesma expressão de valor. Essas duas formas distribuem-se sempre pelas diversas mercadorias que a expressão do valor relaciona mutuamente. [Não posso, por exemplo, expressar o valor do tecido em tecido.] A equação: 20 metros de tecido = 20 metros de tecido [não é nenhuma expressão de valor], significa somente que 20 metros de tecido são precisamente a mesma coisa que 20 metros de tecido, quer dizer, não são mais que uma certa soma de um valor-de-uso: tecido. O valor do tecido só pode, portanto, exprimir-se *relativamente*, isto é, numa outra mercadoria. A forma-valor relativa do tecido pressupõe, portanto, que uma outra mercadoria qualquer se encontre em face dele sob forma de equivalente. Por outro lado, a mercadoria que figure como *equivalente* não pode encontrar-se ao mesmo tempo, sob forma-valor relativa. Não é ela que exprime o seu valor; apenas fornece a matéria para a expressão do valor da outra mercadoria.

É certo que a expressão 20 metros de tecido = 1 fato ou 20 metros de tecido valem 1 fato, contém a recíproca: 1 fato = 20 metros de tecido ou 1 fato vale 20 metros de tecido. Mas então torna-se necessário inverter a equação para exprimir relativamente o valor do fato, e nesse caso o tecido torna-se equivalente em seu lugar. Uma mesma mercadoria não pode, portanto, revestir *simultaneamente* estas duas formas na mesma expressão de valor. Estas duas formas excluem-se como dois pólos.

[Ora, a questão de saber se uma mercadoria se encontra sob a forma-valor relativa ou sob a forma oposta, a forma-equivalente, depende exclusivamente da sua posição em cada caso na expressão

do valor: se é a mercadoria cujo valor se exprime, ou antes a mercadoria na qual se exprime o valor.]

2. A forma relativa do valor

a) Conteúdo desta forma

Para descobrir como a expressão simples do valor de uma mercadoria está contida na relação de valor de duas mercadorias, é preciso primeiramente examiná-la, abstraindo [completamente] do seu lado *quantitativo*. Em geral faz-se o contrário, considerando na relação de valor exclusivamente a proporção em que se equivalem quantidades determinadas de duas espécies de mercadorias. Esquece-se que coisas diferentes só podem ser comparadas quantitativamente depois de reduzidas à *mesma unidade*. Somente então têm o mesmo denominador e se tornam grandezas comensuráveis. [16](#)

Que 20 metros de tecido = 1 fato, ou = 20 fatos, ou = x fatos, - isto é, que uma dada quantidade de tecido valha mais ou menos fatos -, qualquer dessas proporções implica sempre que o fato e o tecido, como grandezas de valor, são expressões da mesma unidade [coisas da mesma natureza]. Tecido = fato, eis o fundamento da equação.

Mas as duas mercadorias, assim equiparadas na sua qualidade e na sua essência, não desempenham o mesmo papel. Só o valor do tecido é que se encontra aí expresso. E como? Relacionando-o com uma mercadoria de espécie diferente, o fato, como seu *equivalente*, isto é, algo que pode substituí-lo ou é *permutável* com ele. É desde logo evidente que nesta relação o fato aparece exclusivamente como forma de existência do valor, [como coisa-valor,] pois [só nessa qualidade é que ele é o mesmo que o tecido,] só exprimindo valor é que ele pode figurar como valor em face de uma outra mercadoria. Por outro lado, a própria propriedade de valor do tecido revela-se aqui ou adquire aqui uma expressão distinta. Com efeito, poderia o valor fato ser posto em equação com o tecido ou servir-lhe de equivalente, se o tecido não fosse também valor?

Podemos ir buscar uma analogia à química. O ácido butírico e o formiato de propileno são dois corpos diferentes, não só na aparência como também nas qualidades físicas e químicas. Contudo, são compostos pelos mesmos elementos: carbono, hidrogénio e oxigénio. Além disso, contêm-nos na mesma proporção: C₄H₈O₂. Se agora equacionássemos o formiato de propileno com o ácido butírico ou se o constituíssemos, em seu equivalente, o formiato de propileno figuraria nesta relação apenas como forma de existência de C₄H₈O₂, ou seja, da substância que é comum a si e ao ácido. Uma equação em que o formiato de propileno desempenhasse o papel de equivalente do ácido butírico seria, portanto, uma maneira um tanto canhestra de expressar a substância do ácido como qualquer coisa completamente distinta da sua forma corpórea.

Se dizemos: enquanto valores todas as mercadorias são apenas trabalho humano cristalizado, então estamos a reduzi-las a uma abstracção - valor -, mas elas continuam a possuir apenas uma forma, a sua forma natural de objectos úteis. [Não lhes damos portanto uma forma-valor distinta das suas formas naturais.] Coisa completamente diversa se passa quando se põe uma mercadoria em relação de valor com uma outra. Nesse caso, o seu carácter de valor sobressai, afirmando-se como propriedade inerente que determina a sua relação com a outra mercadoria.

Ao considerar-se o fato como equivalente do tecido, considera-se o trabalho contido no fato idêntico ao trabalho contido no tecido. É certo que a confecção do fato se distingue da tecelagem. Mas a sua equiparação à tecelagem reconduz-la àquilo que ambas têm de realmente comum, ao seu carácter de trabalho humano. É uma maneira indirecta de dizer que a tecelagem, na medida em que tece valor, em nada se distingue da confecção de vestuário, isto é, é trabalho humano abstracto. Esta equiparação exprime, portanto, o carácter específico do trabalho que constitui o valor do tecido. [Somente a expressão de equivalência de mercadorias distintas põe em relevo o carácter específico do trabalho que cria valor, dado que ela reduz os diferentes trabalhos incorporados nas diversas mercadorias àquilo que têm efectivamente de comum: trabalho humano em geral. [16a](#)]

Todavia, não basta exprimir o carácter específico do trabalho que constitui o valor do tecido. A força de trabalho humano em acção, ou o trabalho humano, cria o valor, mas não é valor. Só se torna valor quando cristalizado sob a forma de objecto. Deste modo, as condições que é necessário preencher para exprimir o valor do tecido parecem contradizer-se. Por um lado, é preciso representá-lo como uma pura condensação de trabalho humano abstracto, pois que, enquanto

valor, a mercadoria não tem outra realidade. Ao mesmo tempo, esta condensação deve revestir a forma de um objecto claramente distinto do próprio tecido mas que, ao mesmo tempo, seja comum a ele e às outras mercadorias. Este problema já está, porém, resolvido.

Vimos, com efeito, que a partir do momento em que é considerado como equivalente do tecido, o fato deixa de ter necessidade de etiqueta para afirmar o seu carácter de valor. Nessa função, a sua própria forma de existência é uma forma de existência do valor [16]. No entanto, o fato, o corpo da mercadoria fato, é apenas um simples valor-de-uso; tal como a primeira peça de tecido, tão pouco o fato exprime valor. Isto prova, simplesmente, que ele significa mais na relação de valor do tecido do que fora dela; tal como tantas pessoas que são mais importantes dentro de um fato agalado do que fora dele.

Na produção do fato, foi realmente dispendida força [de trabalho] humana, sob uma forma particular: nele está acumulado, portanto, trabalho humano. Sob este ponto de vista, o fato é *suporte de valor*, embora não deixe perceber esta sua qualidade através da transparência dos seus fios, por mais gasto que esteja. E na relação de valor do tecido, ele não significa outra coisa [:valor corporizado, encarnação do valor]. Apesar do seu exterior tão bem abotoado, o tecido reconheceu nele uma alma gémea cheia de valor. É o lado platónico da questão. Na realidade, o fato não pode, de modo algum, representar valor, nas suas relações com o tecido, sem que ao mesmo tempo o valor tome a figura de um fato. Da mesma maneira, o indivíduo A não poderá apresentar-se perante o indivíduo B como majestade, sem que a majestade revista imediatamente aos olhos de B a figura física de A; provavelmente é por isso que essa figura muda de cara, de cabelos e de muitas coisas, com cada novo pai-do-povo.

Na relação na qual o fato é o equivalente do tecido, a forma fato surge, portanto, como forma-valor do tecido, ou exprime o valor do tecido no valor-de-uso do fato. Enquanto valor-de-uso, o tecido é um objecto sensivelmente diferente do fato; enquanto valor, é uma coisa *igual ao fato* e tem o seu aspecto, como o prova claramente a equivalência do fato com ele. [Assim o tecido adquire uma forma-valor distinta da sua forma natural.] A sua propriedade de valor manifesta-se na sua igualdade com o fato, tal como a natureza de carneiro do cristão na sua semelhança com o cordeiro de Deus.

Como se vê, tudo o que a análise do valor anteriormente nos havia revelado, di-lo o próprio tecido, ao entrar em contacto com uma outra mercadoria, o fato. Somente que ele só trai os seus pensamentos na linguagem que lhe é familiar, a linguagem das mercadorias. Para revelar que o seu valor provém do trabalho, na sua qualidade abstracta de trabalho humano, ele diz que o fato, na medida em que vale tanto como ele, isto é, enquanto valor, se compõe do mesmo trabalho que o produziu a si próprio. Para revelar que a sua realidade etérea como valor é distinta da sua tessitura material, ele diz que o valor tem a figura de um fato e que, por isso, ele próprio, como coisa valiosa, se parece com o fato, como um ovo com outro. Notemos de passagem, que a linguagem das mercadorias possui, além do hebraico, muitos outros dialectos mais ou menos correctos. A palavra alemã *Wertsein*, por exemplo, exprime menos nitidamente do que os verbos românicos *valere*, *valoir* e *valer*, que a equiparação da mercadoria B com a mercadoria A é precisamente a expressão do valor de A. *Paris vaut bien une messe*. [17]

Em virtude da relação de valor, a forma natural da mercadoria B torna-se a forma-valor da mercadoria A, ou melhor, o corpo de B torna-se no espelho do valor de A. [17] O valor da mercadoria A, assim expresso no valor-de-uso da mercadoria B, adquire a forma-valor relativa.

b) Determinação quantitativa da forma-valor relativa

Qualquer mercadoria, cujo valor haja de ser expresso, é uma certa quantidade de uma coisa útil (por exemplo, quinze alqueires de trigo, cem libras de café, etc.), que contém uma quantidade determinada de trabalho. A forma-valor tem de exprimir, portanto, não somente valor em geral, mas um valor de uma certa grandeza. Na relação de valor da mercadoria A com a mercadoria B, a mercadoria B é equiparada a A não somente sob o ponto de vista da qualidade, mas ainda sob o ponto de vista da quantidade: uma certa quantidade de B equivale a uma certa quantidade de A.

A equação 20 metros de tecido = 1 fato, ou 20 metros de tecido *valem* 1 fato, pressupõe que as duas mercadorias [contêm a mesma substância de valor, que] custam ambas o mesmo trabalho ou se produzem no mesmo tempo; mas esse tempo de trabalho necessário à sua produção varia com cada variação da força produtiva do trabalho que as produz. Vejamos agora a influência destas variações sobre a expressão relativa da grandeza de valor.

I - O valor do tecido varia enquanto que o valor do fato permanece constante.¹⁸ Se duplicar o tempo de trabalho necessário à produção do tecido, em consequência, por hipótese, de um menor rendimento do solo que produz o linho, nesse caso duplica o seu valor. Em vez de 20 metros de tecido = 1 fato, teríamos: 20 metros de tecido = 2 fatos, uma vez que 1 fato contém agora apenas metade do tempo de trabalho contido em 20 metros de tecido. Se, pelo contrário, o tempo necessário à produção do tecido diminuir para metade, em consequência, por hipótese, de um aperfeiçoamento dos teares, nesse caso o seu valor diminui na mesma proporção. Então teríamos: 20 metros de tecido = 1/2 fato. Por conseguinte, o valor relativo da mercadoria A, ou seja, o seu valor expresso na mercadoria B, sobe ou desce, na razão directa da variação do valor da mercadoria A, se o valor da mercadoria B permanecer constante.

II - O valor do tecido permanece constante, variando o valor do fato. Se o tempo de trabalho necessário à produção do fato duplica, em consequência, por hipótese, de uma baixa na produção da lã, em vez de 20 metros de tecido = 1 fato, teremos agora: 20 metros de tecido = 1/2 fato. Se, pelo contrário, o valor do fato se reduz a metade, então teremos: 20 metros de tecido = 2 fatos. Permanecendo constante o valor da mercadoria A, o seu valor relativo, expresso na mercadoria B, sobe ou desce na razão inversa das variações de valor de B.

Se compararmos os diversos casos compreendidos em I e II, constata-se que a mesma mudança de grandeza do valor relativo pode resultar de causas completamente opostas. Assim, a equação 20 metros de tecido = 1 fato transforma-se em 20 metros de tecido = 2 fatos, quer porque o valor do tecido duplicou, quer porque o valor dos fatos se reduziu a metade; e transforma-se em 20 metros de tecido = 1/2 fato, quer porque o valor do tecido se reduziu a metade, quer porque o valor do fato duplicou.

III - As quantidades de trabalho necessárias à produção do tecido e do fato variam simultaneamente, no mesmo sentido e na mesma proporção. Neste caso, permanece a equação 20 metros de tecido = 1 fato, quaisquer que sejam as suas variações de valor. Descobrem-se estas variações por comparação com uma terceira mercadoria cujo valor permaneça constante. Se os valores de todas as mercadorias aumentassem ou diminuíssem e na mesma proporção, os seus valores relativos não sofreriam qualquer variação. A sua mudança real de valor reconhecer-se-ia pelo facto de, num mesmo tempo de trabalho, se produzir em geral uma quantidade de mercadorias maior ou menor que anteriormente.

IV - Os tempos de trabalho necessários à produção do tecido e do fato, assim como os seus valores, podem variar simultaneamente e no mesmo sentido, mas numa proporção diferente, ou num sentido oposto, etc. A influência de todas as possíveis combinações deste género sobre o valor relativo de uma mercadoria calcula-se facilmente recorrendo aos casos I, II e III.

Como se vê, mudanças reais na grandeza do valor não se reflectem nem claramente nem completamente na sua expressão relativa [ou na grandeza do valor relativo]. O valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora o seu valor permaneça constante; pode permanecer constante, embora o seu valor varie; e, finalmente, podem verificar-se variações simultâneas da grandeza de valor e da sua expressão relativa sem que exista correspondência entre elas.¹⁹

3. A forma de equivalente e suas particularidades

Já vimos que, ao mesmo tempo que uma mercadoria A (o tecido) exprime o seu valor no valor-de-uso de uma mercadoria diferente, B (o fato), ela imprime a esta última uma forma-valor particular, a de equivalente. O tecido manifesta o seu próprio carácter de valor mediante a sua equiparação com uma outra mercadoria, o fato, tal qual existe na sua forma natural [isto é, sem adquirir uma forma-valor distinta da sua forma corpórea]. Ele expressa, portanto, o seu próprio carácter de valor no facto de uma outra mercadoria, o fato, ser imediatamente permutável com ele.

Enquanto valores, todas as mercadorias são expressão igual de uma mesma unidade, o trabalho humano, substituíveis umas pelas outras. Uma mercadoria é, por conseguinte, permutável por uma outra mercadoria, desde que possua uma forma que a faça aparecer como valor.

Uma mercadoria é imediatamente permutável por qualquer outra de que seja equivalente, isto é, o lugar que ocupa na relação de valor faz da sua forma natural a forma-valor da outra mercadoria. Não precisa revestir uma forma diferente da sua forma natural para se manifestar como valor à outra mercadoria, para valer como tal e, portanto, para ser permutável com ela. A forma de equivalente de uma mercadoria é, portanto, a forma sob a qual ela é imediatamente permutável com uma outra.

Quando uma mercadoria, fatos por exemplo, serve de equivalente a uma outra mercadoria, tal como o tecido, adquirindo assim a propriedade característica de ser imediatamente permutável com ela, não fica com isso de modo algum determinada a proporção em que esta troca se pode efectuar. Sendo dada a grandeza do valor do tecido, a proporção dependerá da grandeza do valor dos fatos. Quer o fato figure como equivalente na relação de valor e o tecido como valor relativo, quer se verifique a inversa, a proporção em que se faz a troca permanece a mesma. A grandeza de valor respectiva das duas mercadorias, medida pela duração comparativa do trabalho necessário à sua produção, é, portanto, uma determinação completamente independente da forma-valor.

A mercadoria cujo valor se encontra sob a forma relativa é sempre expressa como grandeza de valor, enquanto que, pelo contrário, o mesmo nunca se passa com o equivalente, que figura sempre na equação como simples quantidade de uma coisa útil. Quarenta metros de tecido, por exemplo, *valem* o quê? Dois fatos. Desempenhando aqui a mercadoria fato o papel de equivalente, fornecendo o seu valor-de-uso um corpo ao valor do tecido, basta uma certa quantidade de fatos para exprimir uma determinada quantidade de valor de tecido. Portanto, 2 fatos podem exprimir a grandeza de valor de 40 metros de tecido, mas jamais podem exprimir a sua própria grandeza de valor. A observação superficial deste facto - que na equação do valor, o equivalente figura sempre como simples quantidade de um objecto útil - induziu em erro S. Bailey, bem como muitos economistas antes e depois dele: consideram na expressão do valor apenas uma relação quantitativa. Ora, sob a forma de equivalente, uma mercadoria figura como simples quantidade de uma matéria qualquer, precisamente porque a quantidade do seu valor não é expressa.

As contradições contidas na forma de equivalente exigem agora um exame mais aprofundado das suas particularidades.

Primeira particularidade da forma de equivalente: O valor-de-uso torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o valor.

A forma natural das mercadorias torna-se a sua forma-valor. Note-se, porém, que este *quid pro quo* só ocorre com uma mercadoria B (fato, trigo, ferro, etc.) nos limites da relação de valor que com ela estabelece uma outra mercadoria A (tecido, etc.), e somente nesses limites. Isoladamente considerado, o fato, por exemplo, é apenas um objecto útil, um valor-de-uso, exactamente como o tecido; a sua forma é apenas a forma natural de um género particular de mercadoria. Mas como nenhuma mercadoria se pode relacionar consigo mesma como equivalente, não podendo portanto fazer da sua forma natural a expressão do seu próprio valor, ela tem necessariamente de tomar como equivalente uma outra mercadoria, cujo valor-de-uso lhe serve, assim, de forma-valor [ou fazer da forma natural de uma outra mercadoria a sua própria forma-valor].

Podemos ilustrar isto recorrendo ao exemplo de uma medida aplicável às mercadorias na sua qualidade material, isto é, enquanto valores-de-uso. Um pão-de-açúcar, sendo um corpo, é pesado, mas é impossível ver ou sentir o seu peso. Tomemos agora diversos pedaços de ferro de peso pré-determinado. Considerada em si mesma, a forma material do ferro é tão pouco uma forma de manifestação do peso como a do pão-de-açúcar. Todavia, para expressar que este último é pesado, colocámo-lo numa relação de peso com o ferro. Nesta relação o ferro é considerado como um corpo que apenas representa peso. As quantidades de ferro usadas para medir o peso do açúcar representam, portanto, em face da matéria açúcar, uma simples forma, a forma sob a qual o peso se manifesta. O ferro só pode desempenhar este papel na medida em que o açúcar, ou qualquer outro corpo, cujo peso se quer achar, é posto em relação com ele sob este ponto de vista. Se os dois objectos não fossem pesados, não seria possível entre eles nenhuma relação desta espécie, não podendo, de modo algum, um deles servir de expressão ao peso do outro. Se os pusermos a ambos numa balança veremos que, como peso, são efectivamente a mesma coisa, tendo portanto, numa determinada proporção, o mesmo peso. Tal como o matéria ferro, como medida de peso, representa em face de um pão-de-açúcar apenas peso, assim também na nossa expressão de valor, a matéria fato representa, em face do tecido, apenas valor.

Cessa aqui, porém, a analogia. O ferro, na expressão de peso do pão-de-açúcar, representa uma propriedade natural comum às duas matérias - o seu peso -, enquanto o fato, na expressão de valor do tecido, representa uma propriedade sobrenatural dos dois objectos - o seu valor, algo de puramente *social*.

Dado que a forma-valor relativa exprime o carácter de valor de uma mercadoria, do pano por exemplo, como qualquer coisa de completamente diferente do seu próprio corpo, e das suas propriedades, como qualquer coisa de parecido com um fato, por exemplo, esta expressão deixa entender que nela se esconde uma relação social.

O inverso se passa com a forma de equivalente. Ela consiste precisamente em que um objecto material, um fato por exemplo, uma mercadoria tal como se apresenta em concreto exprime valor e, por conseguinte, possui naturalmente forma de valor. É certo que isto só é verdadeiro [dentro da relação de valor, isto é,] na medida em que uma mercadoria, como o tecido, se relaciona com ele como equivalente.²⁰ Mas, tal como as propriedades materiais de uma coisa não têm a sua origem nas suas relações exteriores com outras coisas, antes, se limitam a confirmarem-se nelas, assim também o fato parece retirar da natureza e não da relação de valor com o tecido a sua forma de equivalente, a sua propriedade de ser imediatamente permutável, tal como acontece com a sua propriedade de ser pesado ou de reter calor. Daí o aspecto enigmático da forma de equivalente, aspecto que só fere a atenção deformada do economista burguês quando esta forma se lhe apresenta já acabada, como dinheiro. Para dissipar este carácter místico da prata e do ouro, procura então substituí-las surrateiramente por mercadorias menos brilhantes; faz e refaz com um prazer sempre renovado o catálogo de todos os artigos que a seu tempo desempenharam o papel de equivalente. Ele não se apercebe que a expressão mais simples do valor, como 20 metros de pano valem 1 fato, contém já o enigma, e que é sob esta forma simples que deve procurar resolvê-lo.

Segunda particularidade da forma de equivalente: O trabalho concreto torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o trabalho humano abstracto.

Na expressão de valor de uma mercadoria, o corpo do equivalente figura sempre como materialização do trabalho humano abstracto, e é sempre o produto de um trabalho particular, concreto e útil. Este trabalho concreto serve aqui, portanto, apenas para exprimir trabalho abstracto. Um fato, por exemplo, é uma simples realização do trabalho abstracto, a actividade do alfaiate que o produz é também apenas uma simples forma de realização do trabalho abstracto. Quando se exprime o valor do tecido no fato, a utilidade do trabalho do alfaiate não consiste no facto de ele fazer fatos - e segundo o ditado, monges - mas no facto de produzir um corpo, cujo valor transparece, cristalização de um trabalho que em nada se distingue do trabalho realizado no valor do tecido. Para poder incorporar-se num tal espelho de valor é preciso que o próprio trabalho do alfaiate nada mais reflecta do que a sua propriedade [abstracta] de ser trabalho humano.

As duas formas de actividade produtiva, tecelagem e confecção de vestuário, exigem um dispêndio de força de trabalho humano. Ambas possuem, portanto, a propriedade comum de serem trabalho humano, e em certos casos, como, por exemplo, quando se trata da produção de valor, só devem ser consideradas sob este ponto de vista. Não existe nisso nada de misterioso; mas na expressão de valor das mercadorias, a questão é invertida. Por exemplo, para se exprimir que a tecelagem, não enquanto tal, [como trabalho concreto,] mas na sua propriedade geral de trabalho humano, cria o valor do tecido, contrapõe-se-lhe um outro trabalho [concreto], o que produz o fato, o equivalente do tecido, como a forma palpável na qual se materializa o trabalho humano [abstracto]. O trabalho do alfaiate é, assim, metamorfoseado em simples expressão da sua própria propriedade abstracta.

Terceira particularidade da forma de equivalente: O trabalho concreto que produz o equivalente (no nosso exemplo, o do alfaiate), servindo simplesmente de expressão ao trabalho humano indistinto, toma a forma da igualdade com um outro trabalho (o que está contido no tecido), tornando-se assim, embora seja trabalho privado como qualquer outro trabalho produtivo de mercadorias, trabalho em forma directamente social. É precisamente por isso que ele se representa num produto que é imediatamente permutável com outra mercadoria. [Eis portanto uma terceira particularidade da forma-equivalente: o trabalho privado toma a forma do seu contrário, a forma de trabalho directamente social.]

As duas particularidades da forma-equivalente examinadas em último lugar tornam-se ainda mais fáceis de compreender se nos reportarmos ao grande pensador que pela primeira vez analisou a forma-valor, bem como tantas outras formas, quer do pensamento, quer da sociedade, quer da natureza: Aristóteles.

Em primeiro lugar, Aristóteles afirma claramente que a forma-dinheiro da mercadoria é apenas o aspecto desenvolvido da forma-valor simples, ou seja, da expressão de valor de uma mercadoria numa outra mercadoria qualquer; com efeito ele diz: «5 leitões = 1 casa» «não difere» de: «5 leitões = um tanto dinheiro».

Além disso, ele apercebe-se de que a relação de valor que contém esta expressão de valor pressupõe, pelo seu lado, que a casa é considerada qualitativamente igual à cama, e que estes objectos, materialmente diferentes, não se poderiam comparar entre si como grandezas comensuráveis sem aquela igualdade de essência. «A troca - diz - não pode ter lugar sem a

igualdade, nem a igualdade sem a comensurabilidade». Mas, neste ponto, ele hesita e renuncia à análise da forma-valor. «Na verdade – acrescenta – é impossível que coisas tão diferentes sejam comensuráveis entre si», isto é, qualitativamente iguais. A afirmação da sua igualdade será necessariamente contrária à natureza das coisas; «é somente um expediente para atender às necessidades práticas».

Deste modo, é o próprio Aristóteles que nos diz qual é o obstáculo à prossecução da sua análise: a falta de conceito de valor. Qual é essa essência igual, isto é, a substância comum que a casa representa em face do leito, na expressão do valor deste último? Uma tal coisa, diz Aristóteles, «não pode, na verdade, existir». Porquê? A casa representa em face do leito qualquer coisa de igual, desde que represente o que existe de realmente igual em ambos. O quê, portanto? O *trabalho humano*.

O que impedia Aristóteles de deduzir da forma-valor das mercadorias que todos os trabalhos são aí expressos como trabalho humano indistinto e, por conseguinte, iguais, é o facto de a sociedade grega repousar então sobre o trabalho dos escravos - tendo por base natural a desigualdade dos homens e das suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor - a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano [em geral] - só pode ser decifrado quando a ideia da *igualdade humana* adquiriu já a firmeza de uma convicção popular. Mas isso só tem lugar numa sociedade em que a forma mercadoria se tornou a forma geral dos produtos do trabalho, onde, por conseguinte, a relação dos homens entre si como produtores e permutadores de mercadorias é a relação social dominante. O que mostra o génio de Aristóteles, é o facto de ele ter descoberto na expressão do valor das mercadorias uma *relação de igualdade*. Somente a situação histórica particular da sociedade em que vivia o impediu de descobrir em que é que consiste «na realidade» essa relação de igualdade [18].

4. A forma-valor simples, no seu conjunto

A forma-valor simples de uma mercadoria está contida na sua relação de valor ou de troca com uma outra qualquer mercadoria de espécie diferente. O valor da mercadoria A é expresso qualitativamente pela propriedade que tem a mercadoria B de ser imediatamente permutável por A. É expresso quantitativamente pela permutabilidade de uma quantidade determinada de B pela quantidade dada de A. Por outras palavras, o valor de uma mercadoria exprime-se autonomamente através da sua representação como *valor-de-troca*. Portanto, se no princípio deste capítulo dissemos - usando a terminologia corrente - que a mercadoria é valor-de-uso e valor-de-troca, contudo, para falar com rigor, isso é falso. A mercadoria é valor-de-uso ou objecto de utilidade e *valor*. Ela revela-se sob esse duplo aspecto - aquilo que ela é realmente - quando o seu valor possui uma forma fenomenal própria, distinta da sua forma natural, a forma de valor-de-troca; e esta forma não a possui quando considerada isoladamente [mas apenas na relação de valor ou de troca com uma outra mercadoria diferente]. Esclarecido isto, a terminologia que acima utilizámos deixa de ser equívoca, servindo antes para abreviar a exposição.

Ressalta da nossa análise que é da natureza do valor das mercadorias que deriva a sua forma-valor [ou a sua expressão de valor], e não o contrário: que o seu valor e a sua grandeza do valor derivam da sua expressão como valor-de-troca. Contudo, é essa precisamente a ilusão dos mercantilistas e dos seus modernos epígonos, os Ferrier, os Ganilh, etc. 21, bem como dos seus antípodas, os modernos caixeiros-viajantes do livre-cambismo, tais como Bastiat e seus consortes. Os mercantilistas põem em relevo sobretudo o aspecto qualitativo da expressão de valor, conseqüentemente a forma-equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro a sua forma acabada; ao contrário, os modernos paladinos do livre-cambismo, tendo de desembaraçar-se a todo o custo da sua mercadoria, fazem ressaltar o aspecto quantitativo da forma-valor relativa. Para eles não existe, pois, nem valor, nem grandeza de valor fora da sua expressão na relação de troca, isto é, praticamente só existem nas cotações diárias dos preços. O escocês MacLeod, que se impôs a tarefa de adornar, com a maior erudição possível, a trapalhada de preconceitos económicos da Lombardstreet - a rua dos grandes banqueiros de Londres -, constitui a síntese acabada dos mercantilistas supersticiosos e dos espíritos iluminados do livre-cambismo.

Um exame atento da expressão do valor de A em B mostrou que nessa relação a forma natural da mercadoria A figura apenas como valor-de-uso, e a forma material da mercadoria B apenas como forma-valor. A contradição interna entre o valor-de-uso e o valor, contida na mercadoria, mostra-se, portanto, [numa contradição externa, isto é,] na relação de duas mercadorias, relação em que A, *cuj*o valor se pretende exprimir, figura imediatamente apenas como valor-de-uso, enquanto que,

pelo contrário, B, *na qual* o valor é expresso, figura imediatamente apenas como valor-de-troca. A forma-valor simples de uma mercadoria é, portanto, a simples forma de manifestação da contradição nela contida, entre valor-de-uso e valor.

O produto do trabalho é, qualquer que seja a forma social, valor-de-uso ou objecto útil; mas somente numa época determinada do desenvolvimento histórico da sociedade, em que o trabalho gasto na produção de objectos úteis reveste o carácter de uma qualidade inerente [objectiva] dessas coisas, o carácter de seu valor -, só nessa época é que o produto do trabalho se transforma geralmente em mercadoria.

O produto do trabalho adquire a forma-mercadoria quando o seu valor adquire a forma de valor-de-troca, oposta à sua forma natural; quando, portanto, ele é representado como a unidade em que se funda esta contradição. Daqui resulta que a forma simples assumida pelo valor da mercadoria é também a forma elementar sob a qual o produto do trabalho se apresenta como mercadoria; e que, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma-valor.

É evidente a insuficiência da forma-valor simples, forma embrionária que terá de sofrer uma série de metamorfoses para chegar à forma-preço.

Com efeito, a forma simples apenas distingue entre o valor e o valor-de-uso de uma mercadoria, pondo-a em relação de troca com *uma só* espécie de mercadoria, diferente dela, em vez de representar a sua igualdade qualitativa e a sua proporcionalidade quantitativa com *todas as outras* mercadorias. Quando o valor de uma mercadoria é expresso nesta forma [relativa] simples, uma outra mercadoria reveste, por sua vez, a forma de equivalente simples. Assim, por exemplo, na expressão do valor relativo do tecido, o fato apenas possui a forma-equivalente - forma que indica que ele é imediatamente permutável - em relação a uma só mercadoria, o tecido.

Contudo, a forma-valor simples [,singular,] converte-se por si mesma numa forma mais completa. É certo que ela apenas exprime o valor de uma mercadoria A em uma só espécie de mercadoria diferente dela. Mas a espécie desta segunda mercadoria é absolutamente indiferente: fato, ferro, trigo, etc. As expressões do valor de uma mesma mercadoria tornam-se, portanto, tão variadas quantas as suas *relações* de *valor* com outras mercadorias. **21a** [O número das suas possíveis expressões do valor é limitado apenas pelo número das espécies de mercadorias diferentes dela.] A expressão isolada do seu valor transforma-se, assim, numa série de expressões simples que se pode prolongar livremente.

B - Forma-valor total ou desenvolvida

z da mercadoria A = u da mercadoria B, ou = v da mercadoria C ou = x da mercadoria E, etc.

(20 metros de tecido = 1 fato, ou = 10 libras de chá, ou = 40 libras de café, ou = 2 onças de ouro, ou = 1/2 tonelada de ferro, etc.)

1. A forma desenvolvida do valor relativo

O valor de uma mercadoria (por exemplo, o tecido) encontra-se agora representado em inúmeros outros elementos [do mundo das mercadorias]. A matéria de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho do valor do tecido. **22** [Desse modo, esse valor aparece ele mesmo pela primeira vez realmente como trabalho humano genérico, indistinto.] Qualquer outro trabalho, seja qual for a sua forma natural - costura, sementeira, extração de ferro ou de ouro, etc. -, é agora considerado igual ao trabalho incorporado no valor do tecido, que atesta assim o seu carácter de trabalho humano. A forma total do valor relativo põe uma mercadoria em relação social [não já apenas com uma única espécie de mercadoria, mas] com todas as outras, [com o mundo das mercadorias. Enquanto mercadoria, ela é cidadã desse mundo]. Ao mesmo tempo, a série interminável das suas expressões mostra que ao valor das mercadorias é indiferente a forma particular de valor-de-uso que ele reveste.

Na primeira forma - 20 metros de tecido = 1 fato - pode parecer que é por acaso que estas duas mercadorias são permutáveis nessa determinada proporção. Na segunda forma, pelo contrário, percebe-se imediatamente o que esta aparência esconde. O valor do tecido permanece o mesmo, quer se exprima em vestuário, em café, em ferro, num sem número de mercadorias diversas, pertencentes aos mais diversos possuidores. [Desaparece a relação acidental de dois possuidores individuais de mercadorias.] Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor de uma mercadoria; pelo contrário, é a grandeza do valor da mercadoria que regula as suas relações

de troca.

2. A forma-equivalente particular

Cada mercadoria (fato, trigo, chá, ferro, etc.) serve de equivalente na expressão do valor do tecido [e, portanto, de encarnação de valor]. A forma natural de cada uma destas mercadorias é agora uma forma-equivalente particular, ao lado de muitas outras. Igualmente as várias espécies de trabalho útil [determinadas e concretas], contidas nos corpos das diversas mercadorias, representam outras tantas formas particulares de realização ou de manifestação do trabalho humano puro e simples.

3. Defeitos da forma-valor total ou desenvolvida

Desde logo, a expressão relativa de valor é incompleta, dado que a série dos seus termos nunca termina: a cadeia, de que cada equação de valor forma um dos elos, pode prolongar-se indefinidamente à medida que surgem novas espécies de mercadorias, fornecendo a matéria de novas expressões de valor. [Em segundo lugar, ela constitui um mosaico variegado de expressões de valor diferentes e desconexas.] Finalmente, se, como terá de acontecer, generalizarmos esta forma, aplicando-a a todas as espécies de mercadorias, obteremos tantas séries diversas, e intermináveis de expressões de valor, quantas forem as mercadorias.

Os defeitos da forma-valor relativa desenvolvida reflectem-se na forma-equivalente que lhe corresponde. Como a forma natural de cada espécie de mercadorias é, neste caso, uma forma-equivalente particular, ao lado de um sem-número de outras formas-equivalentes particulares, apenas existem, em geral, formas-equivalentes limitadas, que se excluem umas às outras. Igualmente, a espécie de trabalho útil, concreto [determinado], contido em cada equivalente, apenas representa uma forma particular, isto é, uma manifestação incompleta, do trabalho humano. Este trabalho possui, é certo, a sua forma completa ou total de manifestação no conjunto das suas formas particulares. Mas falta a unidade de forma e de expressão.

A forma-valor relativa total ou desenvolvida consiste, todavia, apenas numa soma de expressões relativas simples ou de equações da primeira forma, tais como:

20 metros de tecido = 1 fato.

20 metros de tecido = 10 libras de chá, etc.,

em que cada uma contém reciprocamente a equação idêntica:

1 fato = 20 metros de tecido

10 libras de chá = 20 metros de tecido, etc.

De facto, se o possuidor do tecido o troca por muitas outras mercadorias, exprimindo portanto o seu valor numa série de outras tantas mercadorias, então os possuidores das outras mercadorias têm necessariamente de trocá-las por tecido, exprimindo os valores das suas diversas mercadorias numa só e mesma mercadoria: o tecido. Portanto, se invertermos a série:

20 metros, de tecido = 1 fato, ou = 10 libras de chá, etc., isto é, se exprimimos a recíproca que aí está já implicitamente contida, obteremos:

C -Forma geral do valor

1 fato =

10 libras de chá =

40 libras de café =

2 onças de ouro =

1/2 tonelada de ferro =

x de mercadoria A =

etc. = = = = = = = 20 metros de tecido

1. Mudança de carácter da forma-valor

As mercadorias exprimem agora os seus valores: 1º - de uma maneira simples, pois que o exprimem numa única mercadoria; 2º - unitariamente, pois que o exprimem na mesma mercadoria. A sua forma-valor é simples e comum, e portanto *geral*.

As formas A e B apenas conseguiram expressar o valor de uma mercadoria como algo de distinto do seu próprio valor-de-uso ou da sua própria matéria.

A primeira forma proporciona equações deste género: 1 fato = 20 metros de tecido, 10 libras de chá = 1/2 tonelada de ferro, etc. O valor do fato é expresso como algo de igual ao tecido, o valor do chá como algo de igual ao ferro, etc.; mas, estas expressões do valor do fato e do chá são tão diferentes uma da outra como o tecido e o ferro. Evidentemente que esta forma apenas surge, na prática, em épocas primitivas, quando os produtos do trabalho só eram transformados em mercadorias através de trocas acidentais e isoladas.

A segunda forma exprime, de um modo mais completo que a primeira, a diferença que existe entre o valor de uma mercadoria (por exemplo, um fato) e o seu próprio valor-de-uso. Com efeito, o valor do fato assume aí todas as figuras possíveis em face da sua forma natural; algo de igual ao tecido, ao chá, ao ferro, a tudo, excepto ao fato. Por outro lado, esta forma torna impossível qualquer expressão comum do valor das mercadorias, pois que, na expressão de valor de uma mercadoria qualquer, todas as outras figuram como seus equivalentes, sendo portanto incapaz de exprimir o seu próprio valor. Esta forma-valor desenvolvida surge na realidade quando um produto de trabalho (por exemplo, o gado) se troca por outras mercadorias diferentes, já não excepcionalmente, mas sim duma forma habitual.

Na expressão geral do valor relativo, pelo contrário, cada mercadoria (tal como fato, café, ferro, etc.) possui uma só e mesma forma-valor (por exemplo, a forma tecido) diferente da sua forma natural. Em virtude desta igualdade com o tecido, o valor de cada mercadoria é agora distinto, não só do seu próprio valor-de-uso, mas também de todos os outros valores-de-uso, sendo, por isso mesmo, representado como o carácter comum e indistinto de todas as mercadorias. Esta forma é a primeira a relacionar as mercadorias entre si como valores, fazendo-as aparecer umas em face das outras como valores-de-troca.

As duas primeiras formas exprimem o valor de uma mercadoria qualquer, seja numa única mercadoria de espécie diferente, seja numa série de muitas outras mercadorias. Em ambos os casos é, por assim dizer, assunto privado de cada mercadoria singular atribuir-se uma forma-valor, sem interferência das outras mercadorias. Estas desempenham, em face dela, o papel puramente passivo de equivalente. Ao invés, a forma-valor relativa geral apenas surge como obra comum das mercadorias no seu conjunto. Uma mercadoria só adquire a sua expressão geral de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras mercadorias exprimem os seus valores no mesmo equivalente, tendo cada nova espécie de mercadoria de fazer o mesmo. Com isso, torna-se evidente que as mercadorias que, do ponto de vista do valor, são coisas puramente sociais, também só podem exprimir essa *existência social através da totalidade das* suas relações recíprocas, tendo a sua forma-valor de ser, portanto, uma forma socialmente válida.

A forma natural da mercadoria que se torna equivalente comum (o tecido), é agora a forma oficial dos valores. É assim que as mercadorias revelam umas às outras, não somente a sua igualdade qualitativa [como valores em geral], mas ainda as suas diferenças quantitativas [como grandezas comparáveis] de valor. As grandezas de valor, projectadas como que sobre um mesmo espelho, o tecido, reflectem-se reciprocamente. Exemplo: 10 libras de chá = 20 metros de tecido e 30 libras de café = 20 metros de tecido. Portanto: 10 libras de chá = 40 libras de café, ou então: em 1 libra de café existe apenas 1/4 [da substância de valor, ou seja] do trabalho contido em 1 libra de chá.

A forma-valor relativa geral do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída desse mundo, o carácter de equivalente geral. [A sua própria forma natural é a figura comum do valor desse mundo; por isso] o tecido é agora imediatamente permutável por todas as outras mercadorias. [A sua forma corpórea apresenta-se como a incarnação visível, a materialização comum, social de todo o trabalho humano.] A sua forma natural é, portanto, ao mesmo tempo, a sua forma social. A tecelagem, o trabalho privado que produz o tecido, adquire por isso mesmo o carácter de trabalho social, a forma de igualdade com todos os outros trabalhos. As inúmeras equações de que se compõe a forma-valor geral equiparam o trabalho realizado no tecido com o trabalho contido em cada mercadoria que sucessivamente é comparada com ele, transformando a tecelagem na forma genérica de manifestação do trabalho humano [em geral]. Deste modo, o

trabalho objectivado no valor das mercadorias não é representado somente numa forma negativa, isto é, como uma abstracção em que se diluem as formas concretas e as propriedades úteis do trabalho real; o que agora ressalta nitidamente é a sua natureza positiva. É a redução de todos os trabalhos reais ao seu carácter comum de trabalho humano, de dispêndio da mesma força humana de trabalho.

A forma-valor geral [que representa os produtos do trabalho como simples cristalizações de trabalho humano indistinto] mostra, pela sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Revela, por conseguinte, que nesse mundo das mercadorias o seu carácter especificamente social é constituído pelo carácter universalmente humano do trabalho.

2. Relação entre o desenvolvimento da forma-valor relativa e o da forma-equivalente

A forma-equivalente desenvolve-se simultaneamente e gradualmente com a *forma* relativa; mas - e é necessário acentuar bem *isso* - o desenvolvimento da primeira não é mais que o resultado e a expressão do desenvolvimento da segunda. É desta que parte a iniciativa.

A forma-valor relativa simples ou isolada de uma mercadoria pressupõe uma outra mercadoria qualquer como equivalente acidental [,particular]. A forma-valor relativa desenvolvida, essa expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras, a todas imprime a forma de equivalentes particulares de espécie diferente. Finalmente, uma mercadoria específica adquire a forma de equivalente geral, porque todas as outras mercadorias fazem dela a matéria da sua forma-valor relativa geral [,unitária].

Todavia, na mesma medida em que se desenvolve a forma-valor em geral, desenvolve-se também a contradição entre os seus dois pólos: valor relativo e equivalente.

Já a primeira forma-valor - 20 metros de tecido = 1 fato - contém esta contradição, mas sem a fixar. Nesta equação, um dos termos (o tecido) encontra-se sob a forma-valor relativa, e o termo oposto (o fato) sob a forma-equivalente. Se porém lermos essa equação ao contrário, o tecido e o fato mudam muito simplesmente de papel, mas a forma da equação permanece inalterada. Assim, é difícil fixar neste caso a contradição entre os dois termos.

Sob a forma B - 20 metros de tecido, = 1 fato, ou = 10 libras de chá, ou = 1 alqueire de trigo etc. -, uma espécie de mercadoria pode desenvolver completamente o seu valor relativo e revestir a forma-valor relativa total, porque, e na medida em que, todas as outras mercadorias se encontram em face dela sob a forma-equivalente. Neste caso já se não podem inverter os dois termos da equação sem mudar por completo o seu carácter, convertendo-a de forma-valor total em forma-valor geral.

Finalmente, a última forma, a forma C, fornece ao conjunto das mercadorias uma expressão geral e social do valor relativo, porque, e na medida em que, exclui da forma-equivalente [geral] todas as mercadorias, com excepção de uma só. Uma mercadoria (o tecido) encontra-se, conseqüentemente, sob a forma de permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias [ou sob forma directamente social], porque, e na medida em que, estas não se encontram nessa situação.[23](#)

Portanto, sob esta última forma, o mundo das mercadorias só possui uma forma-valor relativa social e geral, porque todas as mercadorias que dele fazem parte são excluídas da forma-equivalente ou da forma sob que são imediatamente permutáveis. Pelo contrário, a mercadoria que funciona como equivalente geral (o tecido, por exemplo) não pode participar da forma-valor relativa geral; para isso, seria necessário que ela pudesse servir de equivalente a si mesma. Obteríamos então: 20 metros de tecido = 20 metros de tecido, tautologia que não exprime nem valor nem grandeza de valor. Para exprimir o valor relativo do equivalente geral, teremos de ler a forma C ao contrário. Ele não possui nenhuma forma relativa comum às outras mercadorias, mas o seu valor exprime-se relativamente na série interminável de todas as outras mercadorias. A forma-valor relativa desenvolvida, ou forma B, aparece-nos assim agora como a forma específica em que a mercadoria que serve de equivalente geral exprime o seu próprio valor [relativo].

3. Transição da forma-valor geral à forma-dinheiro

A forma-equivalente geral é uma forma do valor em geral. Pode, pois, caber a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria só pode encontrar-se sob esta forma (forma C) , porque e na medida em que ela própria é excluída por todas as outras mercadorias, como equivalente. E só a

partir do momento em que este carácter exclusivo se fixa definitivamente numa certa espécie de mercadoria, é que a forma-valor relativa [unitária do mundo das mercadorias] ganha consistência objectiva, adquirindo validade social universal.

A mercadoria especial com cuja forma natural a forma-equivalente pouco a pouco se identifica na sociedade, torna-se mercadoria-dinheiro ou funciona como dinheiro. A sua função social específica, e portanto o seu monopólio social, consiste em desempenhar o papel de equivalente universal no mundo das mercadorias. Entre as mercadorias que, na forma B, figuram como equivalentes particulares do tecido, e que, sob a forma C, exprimem conjuntamente no tecido o seu valor relativo, foi o *ouro* que conquistou historicamente esse privilégio. Então, substituindo na forma C a mercadoria-tecido pela mercadoria-ouro, teremos:

D - Forma-dinheiro [20a]

20 metros de tecido =

1 fato =

10 libras de chá =

40 libras de café =

1/2 tonelada de ferro =

x da mercadoria A =

etc. = = = = = = = = 2 onças de ouro;

Na transição da forma A à forma B e da forma B à forma C ocorrem mudanças essenciais. A forma D, pelo contrário, em nada difere da forma C, a não ser no facto que agora é o ouro que possui, em vez do tecido, a forma-equivalente geral. O progresso consiste simplesmente em que a forma de permutabilidade imediata e universal, ou a forma de equivalente geral, se incorporou definitivamente [por força da prática social] na forma natural e específica do ouro.

O ouro só desempenha o papel de *dinheiro* em face das outras mercadorias na medida em que já anteriormente desempenhava em face delas o papel de *mercadoria*. Tal como todas elas, ele funcionava como equivalente quer acidentalmente [como equivalente singular] em trocas isoladas, quer como equivalente particular ao lado de outros equivalentes. Pouco a pouco passou a funcionar, dentro de limites mais ou menos largos, como equivalente geral. Ao conquistar o monopólio dessa posição na expressão do valor do mundo mercantil, tornou-se mercadoria-dinheiro e, somente a partir do momento em que já se tornou mercadoria-dinheiro, é que a forma D se distingue da forma C, ou que a forma-valor geral se transforma em forma-dinheiro.

A expressão simples do valor relativo de uma mercadoria (do tecido, por exemplo) na mercadoria que funciona já como dinheiro (por exemplo o ouro) é a *forma-preço*. A forma-preço do tecido é portanto:

20 metros de tecido = 2 onças de ouro,

ou, se 2 libras esterlinas for a designação monetária de 2 onças de ouro,

20 metros de tecido = 2 libras esterlinas.

A dificuldade no conceito de forma-dinheiro reside simplesmente na compreensão da forma-equivalente geral, ou seja, a forma-valor geral, a forma C. Esta analisa-se na forma-valor desenvolvida, a forma B, e o elemento constituinte desta última é a forma A:

20 metros de tecido = 1 fato, ou

x da mercadoria A = y da mercadoria B.

A forma simples da mercadoria é, por conseguinte, o germe da forma-dinheiro.

[Início da página](#)

Seção 4

O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo

A primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa trivial e que se compreende por si mesma. Pela nossa análise mostrámos que, pelo contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de subtilidades metafísicas e de argúcias teológicas. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. É evidente que a actividade do homem transforma as matérias que a natureza fornece de modo a torná-las úteis. Por exemplo, a forma da madeira é alterada, ao fazer-se dela uma mesa. Contudo, a mesa continua a ser madeira, uma coisa vulgar, material. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar.²⁴

O carácter místico da mercadoria não provém, pois, do seu valor-de-uso. Não provém tão pouco dos factores determinantes do valor. Com efeito, em primeiro lugar, por mais variados que sejam os trabalhos úteis ou as actividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são, antes de tudo, funções do organismo humano e que toda a função semelhante, quaisquer que sejam o seu conteúdo e a sua forma, é essencialmente um dispêndio de cérebro, de nervos, de músculos, de órgãos, de sentidos, etc., do homem. Em segundo lugar, no que respeita àquilo que determina a grandeza do valor - isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade de trabalho -, não se pode negar que essa quantidade de trabalho se distingue claramente da sua qualidade. Em todas as épocas sociais, o tempo necessário para produzir os meios de subsistência interessou necessariamente os homens, embora de modo desigual, de acordo com o estágio de desenvolvimento da civilização.²⁵ Enfim, desde que os homens trabalham uns para os outros, independentemente da forma como o fazem, o seu trabalho adquire também uma forma social.

Donde provém, portanto, o carácter enigmático do produto do trabalho, logo que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, dessa mesma forma. A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma [objectiva da igualdade] de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio da força de trabalho humana, pela sua duração, adquire a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirmam as determinações sociais dos seus trabalhos, adquirem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho.

[O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem *características objectivas dos próprios produtos do trabalho*, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflecte também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes *para além deles*.] É por este quiproquó que esse produtos se convertem em mercadorias, coisas a um tempo sensíveis e suprasensíveis (isto, é, coisas sociais). Também a impressão luminosa de um objecto sobre o nervo óptico não se apresenta como uma excitação subjectiva do próprio nervo, mas como a forma sensível de alguma coisa que existe fora do olho. Mas, no acto da visão, a luz é realmente projectada por um objecto exterior sobre um outro objecto, o olho; é uma relação física entre coisas físicas. Ao invés, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho [na qual aquela se representa] não tem a ver absolutamente nada com a sua natureza física [nem com as relações materiais dela resultantes]. É somente uma relação social determinada entre os próprios homens que adquire aos olhos deles a forma fantasmagórica de uma *relação entre coisas*. Para encontrar algo de análogo a este fenómeno, é necessário procurá-lo na região nebulosa do mundo religioso. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, entidades autónomas que mantêm relações entre si e com os homens. O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. É o que se pode chamar o fetichismo que se aferra aos produtos do trabalho logo que se apresentam como mercadorias, sendo, portanto, inseparável deste modo-de-produção.

[Este carácter fetiche do mundo das mercadorias decorre, como mostrou a análise precedente, do carácter social próprio do trabalho que produz mercadorias.]

Os objectos úteis só se tornam em geral mercadorias porque são produtos de trabalhos privados,

executados independentemente uns dos outros. O conjunto destes trabalhos privados constitui o trabalho social [global]. Dado que os produtores só entram em contacto social pela troca dos seus produtos, é só no quadro desta troca que se afirma também o carácter [especificamente] social dos seus trabalhos privados. Ou melhor, os trabalhos privados manifestam-se na realidade como fracções do trabalho social global apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por intermédio destes, entre os produtores. Daí resulta que para estes últimos, as relações [sociais] dos seus trabalhos privados aparecem *tal como são*, ou seja, não como relações imediatamente sociais entre pessoas nos seus próprios trabalhos, mas antes *como [relações materiais entre pessoas e] relações sociais entre coisas*.

Somente pela troca é que os produtos do trabalho adquirem, como valores, uma existência social idêntica e uniforme, distinta da sua existência material e multiforme como objectos úteis. Esta cisão do produto do trabalho, em objecto útil e objecto de valor, só teve lugar na prática a partir do momento em que a troca adquiriu extensão e importância bastantes para que passassem a ser produzidos objectos úteis em *vista da troca*, de modo que o carácter de valor destes objectos é já tomado em consideração na sua própria produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem, de facto, um duplo carácter social. Por um lado, como trabalhos úteis [determinados], devem satisfazer uma determinada necessidade social, afirmando-se portanto como partes integrantes do trabalho global, isto é, do sistema de divisão social do trabalho que se forma espontaneamente; por outro lado, só satisfazem as diversas necessidades dos próprios produtores, na medida em que cada espécie de trabalho privado útil é permutável - isto é, é equivalente a - qualquer outra espécie de trabalho privado útil. A igualdade de trabalhos que diferem *toto coelo* (***) uns dos outros só pode consistir numa *abstracção da sua desigualdade real*, na redução ao seu carácter comum de dispêndio de força humana, de trabalho humano abstracto, e é somente a troca que opera esta redução, pondo em presença uns dos outros, num pé de igualdade, os produtos dos mais diversos trabalhos.

O duplo carácter social dos trabalhos privados apenas se reflecte no cérebro dos produtores sob as formas em que se manifestam no tráfico concreto, na troca dos produtos; [o carácter socialmente útil dos seus trabalhos privados, no facto de o produto do trabalho ter de ser útil, e útil aos outros; e o carácter social de igualdade dos diferentes trabalhos" no carácter comum de valor desses objectos materialmente diferentes os produtos do trabalho.]

Quando os produtores relacionam os produtos do seu trabalho a título de valores, não é que eles vejam neles um simples invólucro sob o qual se esconde um trabalho humano idêntico; pelo contrário, ao considerarem iguais na troca os seus diversos produtos, pressupõem com isso que os seus diferentes trabalhos são iguais. Eles fazem-no sem o saber **26**. Portanto, o valor não tem, escrito na frente, o que ele é. Longe disso, ele transforma cada produto do trabalho num hieroglifo [social]. Somente com o tempo o homem procurará decifrar o sentido do hieroglifo, penetrar nos segredos da obra social para a qual contribui, pois a transformação dos objectos úteis em valores é um *produto da sociedade*, tal como o é a linguagem.

A recente descoberta científica, de que os produtos do trabalho, enquanto valores, são [objectiva] pura e simplesmente a expressão do trabalho humano gasto na sua produção, marca uma época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipou de modo algum a fantasmagoria que faz aparecer o carácter social do trabalho como uma qualidade das coisas, dos próprios produtos. O que é verdadeiro apenas para esta forma particular de produção, a produção mercantil - a saber, que o carácter [especificamente] social dos mais diversos trabalhos [privados, independentes uns dos outros], consiste na sua igualdade como trabalho humano, e reveste uma forma objectiva, a forma-valor dos produtos do trabalho -, isso parece aos olhos dos homens imersos nas engrenagens das relações da produção de mercadorias, hoje como antes daquela descoberta, tão definitiva e tão natural como a forma gasosa do ar que permaneceu idêntica mesmo depois da descoberta dos seus elementos químicos.

O que na prática interessa em primeiro lugar aos que trocam produtos é saber que quantidade [de produtos alheios] é que obterão em troca dos seus produtos, isto é, as proporções em que eles se trocam. A partir do momento em que estas proporções passaram a ter uma certa fixidez, produzida pelo hábito, elas parecer-lhe-ão provir da própria natureza dos produtos do trabalho. Parece existir nessas coisas uma propriedade de se trocarem em proporções determinadas, tal como as substâncias químicas se combinam com proporções fixas [;por exemplo, uma tonelada de aço e duas onças de ouro têm igual valor, tal como uma libra de ouro e uma libra de ferro têm igual peso, apesar das suas diferentes qualidades físicas e químicas] .

De facto, o carácter de valor dos produtos do trabalho só se fixa quando eles se determinam como

grandezas de valor. Estas últimas mudam sem cessar, independentemente da vontade e das previsões [e das acções] daqueles que trocam mercadorias, aos olhos de quem o seu próprio movimento social toma assim a forma de um movimento de coisas, movimento que os dirige em vez de serem eles a dirigi-lo. É necessário que a produção mercantil se tenha completamente desenvolvido, para que da própria experiência decorra esta verdade científica: - que os trabalhos privados executados independentemente uns dos outros, mas inteiramente interdependentes como ramificações espontâneas do sistema da divisão social do trabalho, são constantemente reduzidos à sua medida socialmente proporcional. E porquê? Porque nas relações de troca, acidentais e sempre variáveis, dos seus produtos, o tempo de trabalho social necessário à sua produção impõe-se forçosamente como lei reguladora natural, tal como a lei da gravidade se faz sentir a qualquer pessoa quando a sua casa desaba sobre a sua cabeça.²⁷ A determinação da grandeza de valor pela duração do trabalho é, portanto, um segredo escondido sob o movimento aparente dos valores [relativos] das mercadorias; mas a sua descoberta, mostrando embora que a grandeza de valor não se determina ao acaso, como poderá parecer, não faz com isso desaparecer a forma que representa esta quantidade como uma relação de grandeza entre as coisas, entre os próprios produtos do trabalho.

A reflexão sobre as formas da vida social, e por conseguinte a sua análise científica, segue um caminho completamente oposto ao do movimento real. Começa depois dos factos consumados, já com os resultados do processo de desenvolvimento. As formas que imprimem aos produtos do trabalho a marca de mercadorias e que por isso são pressuposto da sua circulação, possuem, também elas, já a fixidez de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta, não do carácter histórico destas - que, pelo contrário, se lhes apresentam já como imutáveis -, mas do seu sentido último. Assim, foi somente a análise do preço das mercadorias que conduziu à determinação da grandeza do valor, e somente a comum expressão das mercadorias em dinheiro levou à fixação do seu carácter de valor. Ora, é precisamente esta forma acabada do mundo das mercadorias, a sua forma-dinheiro, que, em vez de revelar, dissimula o carácter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os produtores. Quando digo que o trigo, um fato, botas se relacionam com o tecido como incarnação geral do trabalho humano abstracto, a falsidade e o absurdo desta expressão salta logo à vista. Mas quando os produtores destas mercadorias as relacionam ao tecido - ou ao ouro ou à prata, o que vem a dar no mesmo -, como equivalente geral, as relações entre os seus trabalhos privados e o conjunto do trabalho social [global] aparecem-lhes precisamente sob esta forma absurda.

[São formas destas que constituem as categorias da economia burguesa.] As categorias da economia burguesa são formas de pensamento que têm uma verdade objectiva, enquanto reflectem relações sociais reais, mas estas relações pertencem somente a esta *época histórica* determinada, em que a produção mercantil é o modo de produção social. Se encararmos outras formas de produção, logo veremos desaparecer todo este misticismo [,sortilégio e magia] que obscurece os produtos do trabalho no período actual.

Uma vez que a economia política gosta das *robinsonadas*, visitemos então Robinson na sua ilha.²⁸ Embora naturalmente modesto, nem por isso tem menos necessidades diferentes a satisfazer, sendo-lhe necessário executar trabalhos úteis de várias espécies, por exemplo, fabricar móveis, fazer utensílios, domesticar animais, pescar, caçar, etc. Acerca das suas orações e outras bagatelas semelhantes nada temos a dizer, pois que o nosso Robinson encontra nisso o seu prazer, considerando essas actividades como uma distracção tonificante. Apesar da variedade das suas funções produtivas, ele sabe que elas são apenas as diversas formas pelas quais se afirma o próprio Robinson, isto é, são simplesmente modos, diversos de trabalho humano. As próprias necessidades obrigam-no a dividir o seu tempo pelas diferentes ocupações. O facto de uma ocupar um maior, e outra um menor lugar no conjunto dos seus trabalhos, depende da maior ou menor dificuldade que tem de vencer para conseguir o resultado útil que tem em vista. É a experiência que lho ensina, e o nosso homem que salvou do naufrágio relógio, livro-razão, pena e tinta, não tarda, como bom inglês que é, a anotar todos os seus actos diários. O seu inventário contém a descrição dos objectos úteis que possui, dos diferentes modos de trabalho que a sua produção exigiu e, finalmente, do tempo de trabalho que lhe custaram, em média, determinadas quantidades destes diversos produtos. Todas as relações de Robinson com as coisas, que formam a riqueza que ele próprio criou, são de tal modo simples e transparentes que qualquer pobre de espírito as poderia compreender sem grande esforço intelectual. E, no entanto, estão aí contidas todas as determinações essenciais do valor. Passemos agora da ilha luminosa de Robinson para a sombria Idade Média europeia. Em vez do homem independente, todos aqui se encontram dependentes: servos e senhores, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. Esta dependência pessoal caracteriza

tanto as relações sociais da produção material, como todas as outras esferas da vida assentes sobre ela. E é precisamente porque a sociedade se baseia na dependência pessoal que todas as relações sociais nos aparecem como relações entre pessoas. Por isso, os diversos trabalhos e os seus produtos não têm necessidade de assumir uma figura fantástica distinta da sua realidade. Surgem [no mecanismo social] como serviços e prestações em espécie. É também a forma natural do trabalho, a sua particularidade e não a sua generalidade, o seu carácter abstracto, como na produção mercantil -, que é aqui a sua forma [directamente] social. A corveia, tal como o trabalho que produz mercadorias, é igualmente medida pelo tempo; mas todo o camponês sabe muitíssimo bem - sem necessidade de recorrer a um Adam Smith - que é uma quantidade determinada da sua força de trabalho pessoal que ele dispende ao serviço do seu senhor. O dízimo a pagar ao cura é bem mais claro que a bênção deste. Como quer que julguemos os papéis que os homens desempenham nesta sociedade [uns perante os outros], as relações sociais das pessoas nos seus trabalhos respectivos afirmam-se com toda a nitidez como as suas próprias relações *pessoais*, não se dissimulando em relações sociais das coisas, dos produtos do trabalho.

Para encontrarmos o trabalho comum [directamente social] , ou seja, a associação imediata, não precisamos de nos reportarmos à sua forma natural primitiva [,espontânea], tal como nos aparece no limiar da história de todos os povos civilizados.²⁹ Temos um exemplo bem perto de nós, na indústria rural e patriarcal de uma família de camponeses que produz, para as suas próprias necessidades, gado, trigo, tecido, linho, vestuário, etc. Estes diferentes objectos apresentam-se à família como os produtos diversos do seu trabalho, não se apresentando reciprocamente como mercadorias. Os diferentes trabalhos que criam estes produtos - agricultura, criação de gado, tecelagem, confecção, do vestuário, etc. - são, desde logo, na sua forma natural, funções *sociais*, pois que são funções da família que, tal como a produção, de mercadorias, tem a sua [espontânea] divisão do trabalho. São as condições naturais, variáveis com a mudança das estações, bem como as diferenças de idade e de sexo, que regulam na família a distribuição do trabalho e a sua duração para cada membro da família. O dispêndio das forças de trabalho individuais medido pelo tempo da sua duração aparece aqui directamente como carácter social dos próprios trabalhos, uma vez que as forças de trabalho individuais funcionam [naturalmente] apenas como órgão da força [de trabalho] comum da família.

Figuremos finalmente uma reunião de homens livres, trabalhando com meios de produção comuns, e dispendendo, de acordo com um plano concertado, as suas numerosas forças [de trabalho] individuais como uma única força de trabalho social. Tudo o que dissemos do trabalho de Robinson repete-se aqui; mas agora *socialmente* e não individualmente. Todos os produtos de Robinson eram seu produto pessoal e exclusivo e portanto objectos de utilidade imediata para ele. O produto total da referida reunião de trabalhadores é um produto *social*. Uma parte serve de novo como meio de produção, permanecendo social ; mas a outra parte é consumida [como meio de subsistência] , devendo, por isso, repartir-se entre todos. O modo de repartição variará segundo o organismo de produção da sociedade e o [correspondente] nível de desenvolvimento histórico dos trabalhadores. Suponhamos, apenas para estabelecer um paralelo com a produção mercantil, que a parte a repartir por cada trabalhador seja proporcional ao seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenhará assim um duplo papel. Por um lado, a sua distribuição [socialmente planificada] na sociedade regula a justa relação das diversas funções com as diversas necessidades; por outro lado, serve de medida à parte individual de cada produtor no trabalho comum e, ao mesmo tempo, à porção que lhe compete na parte do produto comum reservada ao consumo. Neste caso, as relações sociais dos homens com os seus trabalhos e com os produtos do trabalho permanecem simples e transparentes, tanto na produção como, na distribuição [\[25\]](#) .

O mundo religioso não é mais do que o reflexo do mundo real. Uma sociedade em que o produto do trabalho toma geralmente a forma de mercadoria e em que, portanto, a relação mais geral entre os produtores consiste em comparar os valores dos seus produtos e, sob esta forma material, em comparar entre si os seus trabalhos privados a título de trabalho humano igual, uma tal sociedade encontra no cristianismo, com o seu culto do homem abstracto - e sobretudo nos seus tipos burgueses, protestantismo, deísmo, etc. -, o complemento religioso mais conveniente. Nos modos-de-produção da antiga Ásia, e da antiguidade em geral, a transformação do produto em mercadoria [e, portanto, a existência do homem como produtor de mercadorias] desempenha apenas um papel secundário que, no entanto, adquire tanto mais importância quanto as comunidades se aproximam da dissolução. Povos mercadores, propriamente, apenas se encontram nos interstícios do mundo antigo, à maneira dos deuses de Epicuro [\[26\]](#), ou como os judeus nos poros da sociedade polaca. Aqueles antigos organismos sociais são, sob o ponto de vista da produção, infinitamente mais simples e mais transparentes do que a sociedade burguesa; mas eles têm por base, ou a

imaturidade do homem individual - por assim dizer, a história ainda não cortou o cordão umbilical que o liga à comunidade natural de uma tribo primitiva -, ou condições de despotismo e de escravagismo. O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que as caracteriza e que por isso impregna toda a esfera da vida material, a estreiteza das relações dos homens, quer entre eles quer com a natureza, reflectem-se idealmente nas velhas religiões nacionais. Dum modo geral, o reflexo religioso do mundo real só poderá desaparecer quando as condições do trabalho e da vida prática apresentarem ao homem relações transparentes e racionais com os seus semelhantes e com a natureza. A vida social cuja base é formada pela produção material e pelas relações que ela implica só se libertará da nuvem mística que a envolve, no momento em que ela se apresente como o produto de homens livremente associados, agindo conscientemente [segundo um plano,] e senhores do seu próprio movimento social. Mas isto exige um conjunto de condições de existência material [uma base material] da sociedade, que por sua vez só pode ser produto [espontâneo] de um longo e penoso desenvolvimento.

É certo que a economia política, embora de uma forma muito imperfeita, analisou o valor e a grandeza do valor [e descobriu o conteúdo escondido nessas formas].³⁰ Mas nunca pôs a questão de saber [porque é que esse conteúdo reveste essa forma,] por que é que o trabalho se representa no valor, e a medida do trabalho pela sua duração na grandeza do valor dos produtos.³¹ Fórmulas, que logo à primeira vista mostram pertencer a uma formação social em que a produção e as suas relações comandam o homem em vez de serem por ele comandadas, surgem à sua consciência burguesa como uma necessidade tão natural como o próprio trabalho produtivo. Nada de espantar que as formas de produção social que precederam a produção burguesa sejam tratadas da mesma maneira que os Padres da igreja tratam as religiões que precederam o Cristianismo.³²

O que, entre outras coisas, mostra a ilusão produzida sobre a maior parte dos economistas pelo fetichismo inerente ao mundo mercantil ou pela aparência material dos atributos sociais do trabalho, é a longa e insípida querela travada a propósito do papel da natureza na criação do valor-de-troca. Ora, dado que o valor-de-troca é apenas uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregue na produção de um objecto, ele não pode conter mais, elementos materiais do que, por exemplo, a cotação dos câmbios.

Na nossa sociedade, a forma económica mais geral e mais simples que se liga aos produtos do trabalho - a forma-mercadoria - é tão familiar a toda a gente que ninguém vê mal nisso. Consideremos outras formas económicas mais complexas [29]. Donde provinham, por exemplo, as ilusões do sistema mercantilista? Evidentemente do carácter fetiche que a forma-dinheiro imprime aos metais preciosos [segundo esse sistema, o ouro e a prata na sua função de dinheiro não representavam uma relação social de produção, antes eram objectos naturais com peculiares propriedades sociais]. E a economia moderna que se tem em alta conta e não se cansa de zombar, insipidamente, do fetichismo dos mercantilistas, será ela menos vítima das aparências? O seu primeiro dogma não consiste em considerar que estas coisas (instrumentos de trabalho por exemplo) são, por natureza, capital, e que, pretender despojá-las deste carácter puramente social, é cometer um crime contra a natureza? Finalmente, os fisiocratas, tão superiores em tantos aspectos, não imaginaram que a renda fundiária não é um tributo arrancado aos homens, mas um presente feito pela própria natureza aos proprietários?

Mas não nos antecipemos e contentemo-nos com mais um exemplo a propósito da própria forma-mercadoria. Se pudessem falar, as mercadorias diriam: «Pode o nosso valor-de-uso interessar ao homem, que para nós, enquanto, objectos, isso é-nos indiferente. O que nos interessa é o nosso valor. Demonstra-o a nossa relação recíproca como coisas de venda e de compra. Só nos relacionamos umas com as outras como valores-de-troca». O economista parece exprimir a própria alma das mercadorias, quando diz: «o valor [valor-de-troca] é uma propriedade das coisas; a riqueza [valor-de-uso] é uma propriedade do homem. O valor, neste sentido, pressupõe necessariamente a troca, a riqueza, não».³³ «A riqueza [valor-de-uso] é um atributo do homem; o valor, um atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade são ricos, uma pérola ou um diamante possuem valor (...) Uma pérola ou um diamante possuem valor enquanto pérola ou diamante».³⁴ Até hoje nenhum químico descobriu ainda valor-de-troca numa pérola ou num diamante. Os economistas que descobriram ou inventaram substâncias químicas deste género e que se reclamam da sua profundidade, acham que o valor-de-uso das coisas lhes pertence, independentemente das suas propriedades materiais; enquanto que o valor lhes pertence na sua qualidade de coisas. O que lhes vem confirmar esta opinião, é a circunstância particular de o valor útil das coisas se realizar para o homem sem troca, quer dizer, numa relação imediata entre a coisa e o homem, enquanto que, ao invés, o seu valor apenas se realiza na troca, isto é, numa relação social. A quem é que isto não faz lembrar o bom Dogberry e a lição que deu ao guarda nocturno

Seacoal: [\[30\]](#) «(Ser um homem bem parecido, é um dom da fortuna; mas saber ler e escrever é um dom da natureza».[35](#)

[Início da página](#)

Notas Originais:

1 Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Oekonomie*, 1859, p. 3. (*Contribuição para a Crítica da Economia Política*, 1971, p. 35.) ([retornar ao texto](#))

2 «O desejo implica a necessidade; é o apetite do espirito, que lhe é tão natural quanto a fome para o corpo (...) A maior parte [das coisas] retiram o seu valor do facto de satisfazerem as necessidades do espirito» (Nicholas Barbon, *A Discourse on coining the new Money lighter* 1696, pp. 2 e 3). ([retornar ao texto](#))

3 «As coisas possuem uma *virtude* intrínseca» (*virtude* é a designação específica de Barbon para o valor-de-uso) «que tem a mesma qualidade em toda a parte, tal como, por exemplo, a do íman de atrair o ferro» (l. c. p. 16). A propriedade que o íman tem de atrair o ferro apenas se tornou útil quando, por seu intermédio, se descobriu a polaridade magnética. ([retornar ao texto](#))

4 «O que constitui o valor natural de uma coisa é a propriedade que ela tem de satisfazer as necessidades ou as conveniências de vida humana» (John Locke, *Some considerations...*, 1691, in *Works*. Londres, 1777, vol. II, p. 28). No séc. XVII encontra-se ainda muitas vezes nos autores ingleses a palavra *Worth* por valor-de-uso e a palavra *Value* por valor-de-troca, perfeitamente de acordo com o espírito de uma língua que gosta de exprimir a coisa *imediate* em termos germânicos e a coisa *reflectida* em termos românicos. ([retornar ao texto](#))

5 Na sociedade burguesa «a ignorância da lei a ninguém aproveita». Em virtude de uma *fictio juris* económica, qualquer comprador é considerado como possuindo um conhecimento enciclopédico das mercadorias. ([retornar ao texto](#))

6 «O valor consiste na *relação de troca* entre uma certa coisa e outra, entre uma certa medida de uma produção e uma certa medida de outra» (Le Trosne, *De l'intérêt social*, in *Physiocrates*, Ed. Daire, Paris, 1846, p. 889). ([retornar ao texto](#))

7 «Nada pode ter um valor-de-troca intrínseco» (N. Barbon, *l. c.*, p. 6) ; ou como diz Butler:

*The value of a thing
Is just as much as it will bring**.

* O valor de uma coisa é precisamente aquilo que ela proporciona. ([retornar ao texto](#))

8 «One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value». Barbon acrescenta: «Cem libras esterlinas de chumbo ou de ferro têm tanto valor como cem libras esterlinas de prata ou de ouro» (N. Barbon, *l. c.*, p. 53 e 7). ([retornar ao texto](#))

9 «O valor deles [dos objectos de uso] quando se trocam uns pelos outros é determinado pela quantidade de trabalho necessariamente exigida e ordinariamente gasta na sua produção» (*Some Thoughts on the Interest of money in general...*, Londres, pp. 36, 37). Este notável escrito anónimo do século passado não tem qualquer data. De acordo com o seu conteúdo, é evidente que terá aparecido no tempo de Jorge II, por alturas de 1739 ou 1740. ([retornar ao texto](#))

10 «Todas as produções de um mesmo género formam propriamente apenas uma massa, cujo preço se determina genericamente e sem atender às circunstâncias particulares» (Le Trosne, *l. c.*, p. 893) . ([retornar ao texto](#))

10a [Karl Marx, *l. c.*, p. 6 e *passim*. (Ed. port. cit., p. 38) .] ([retornar ao texto](#))

10b [Nota à 4.a edição. O trecho que intercalei destina-se a evitar o erro, muito frequente, de que, para Marx, seria mercadoria qualquer produto desde que consumido por alguém diferente do produtor. F. E.] ([retornar ao texto](#))

11 Karl Marx, *l. c.*, p. 12, 13 e *passim*. (Ed. port. p. 43, 44). ([retornar ao texto](#))

12 «Todos os fenómenos do universo, sejam produzidos pela mão do homem ou pelas leis gerais

da física, não nos dão a ideia da criação nova, mas somente de uma modificação da matéria. Reunir e separar, eis os únicos elementos que o espírito humano acha, ao analisar a ideia da reprodução; e é também uma reprodução de valor» (*valor-de-uso*, se bem que aqui o próprio Verri, na sua polémica contra os fisiocratas, não saiba de que espécie de valor fala) «e de riqueza, se a terra, o ar e a água se transformam, nos campos, em cereal, ou se a mão do homem converte a secreção de um insecto em seda, ou se alguns bocados de metal se organizam de modo a formar um despertador» (Pietro Verri: *Meditazioni sulla Economia politica*, impresso pela primeira vez em 1773 na edição dos economistas de Custodi, parte moderna, t. XV, p. 21, 22). ([retornar ao texto](#))

13 cf. Hegel, *Philosophie des Rechts*, § 190. ([retornar ao texto](#))

14 O leitor deve notar que não se trata aqui do *salário* ou do valor que o operário recebe por um dia de trabalho, mas do *valor* da mercadoria na qual se traduz o seu dia de trabalho. Aliás, a categoria do salário ainda não existe nesta fase da nossa exposição. ([retornar ao texto](#))

15 Para demonstrar que «somente o trabalho é a medida definitiva e real com ajuda da qual o valor de todas as mercadorias pode ser avaliado e comparado em todos os tempos», diz A. Smith: «iguais quantidades de trabalho devem ter, em todos os tempos e em todos os lugares, o mesmo valor para o próprio trabalhador. No seu estado normal de saúde, de força e de actividade, e com o grau médio de habilidade que possua, ele tem sempre de ceder a mesma porção do seu repouso, da sua liberdade e da sua felicidade» (*Wealth of Nations*, Liv. I, C. V., p. 104, 105). Por um lado, A. Smith confunde aqui (embora nem sempre) a determinação do valor da mercadoria através da *quantidade de trabalho* gasto na sua produção com a determinação do seu valor através valor do *trabalho*, procurando portanto demonstrar que iguais quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor. Por outro lado, é certo que pressente que o trabalho, na medida em que se representa no valor das mercadorias, é apenas um dispêndio *de força humana de trabalho*; mas concebe este dispêndio exclusivamente como uma abnegação, como sacrificio do repouso, da liberdade e da felicidade, e não, ao mesmo tempo, como *afirmação normal da vida*. Mas também é certo que ele tem em vista o trabalhador assalariado moderno. Um dos predecessores de A. Smith, já por nós citado, afirma muito mais acertadamente: «Um homem ocupou-se durante uma semana em fornecer uma coisa necessária à vida (...) Quem lhe der uma outra em troca dela, não pode avaliar melhor qual seja o seu equivalente exacto do que calculando o que lhe custou exactamente o mesmo trabalho e o mesmo tempo: o que, de facto, não passa da troca do trabalho de um homem gasto numa coisa durante um certo tempo pelo trabalho de um outro homem gasto numa outra coisa durante o mesmo tempo» (*Some Thoughts on the Interest of money in general* p. 39). [Nota à 4.ª edição: A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras diferentes para estes dois aspectos distintos do trabalho. O trabalho que cria valores-de-uso e é qualitativamente determinado chama-se «work», em oposição a «labour»; o trabalho que cria valor e que só é avaliado quantitativamente chama-se «labour», em oposição a «work», F. E.] ([retornar ao texto](#))

16 Os poucos economistas que, como S. Bailey, procuraram fazer a análise da *forma-valor*, não podiam chegar a nenhum resultado: primeiramente, porque confundiam sempre o valor com a sua forma; em segundo lugar, porque, sob a influência grosseira do burguês prático, se preocuparam desde o início exclusivamente com o aspecto quantitativo. «O poder de dispor da quantidade (...) é o que faz o valor» (S. Bailey, *Money*,..., 1837, p. 11). [14] ([retornar ao texto](#))

16ª [Um dos primeiros economistas que, depois de William Petty, se apercebeu da natureza do valor, o famoso Benjamin Franklin, diz: «Uma vez que o comércio nada mais é que a troca de um trabalho por outro trabalho, é pelo trabalho que se avalia mais exactamente o valor de todas as coisas» (*The Works of B. Franklin*, ed. Sparks, Boston, 1836, Vol. II, p. 267). Ao avaliar o valor das coisas «pelo trabalho», Franklin não se apercebeu do facto de ter abstraído da diversidade dos trabalhos permutados, e que, portanto, os reduziu ao mesmo trabalho humano. Diz o que não entende. Fala primeiro de «um trabalho», depois de «outro trabalho», finalmente de «trabalho», simplesmente, como substância do valor de todas as coisas.] [15] ([retornar ao texto](#))

17 De certo modo, passa-se com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como não vem ao mundo com um espelho, nem como um filósofo fichtiano, cujo Eu de nada tem necessidade para se afirmar [«eu sou eu»], ele vê-se e reconhece-se somente num outro homem. Também este último lhe parece, em carne e osso, a forma fenomenal do género humano. [Somente pela sua relação com o homem Paulo, como seu semelhante, é que o homem Pedro se vê a si mesmo como homem. Desse modo, também o Paulo de carne e osso, na sua materialidade paulina, surge para Pedro como a forma de manifestação do género homem.] ([retornar ao texto](#))

18 O termo *valor* é utilizado aqui, como já aconteceu algumas vezes atrás, por [valor

quantitativamente determinado, isto é, por] *grandeza de valor* ([retornar ao texto](#))

19 [Esta discordância entre a grandeza do valor e a sua expressão relativa tem sido explorada pelos economistas vulgares com a habitual sagacidade.] Num escrito dirigido principalmente contra a teoria do valor de Ricardo lê-se: «Não podeis deixar de admitir que, permanecendo constante o trabalho necessário à sua produção, A baixa porque B, com o qual se troca, sobe, caindo assim o vosso principio geral a respeito do valor (...) Admitindo que B baixa relativamente a A, quando o valor de A sobe relativamente a B, é o próprio Ricardo que destrói a base do seu grande axioma segundo o qual o valor de uma mercadoria é sempre determinado pela quantidade de trabalho nela incorporado; pois que se uma mudança nos custos de A altera não somente o seu valor relativamente a B, com o qual se troca, mas também o valor de B relativamente a A, embora não se tenha verificado nenhuma mudança na quantidade de trabalho exigida para a produção de B, então cai não somente a doutrina que faz da quantidade de trabalho aplicado num artigo a medida do seu valor, mas também a doutrina que afirma que o valor se regula pelos custos de produção» (J. Broadhurst, *Political Economy*, 1842, pp. 11. 14). Mestre Broadhurst podia, do mesmo modo, dizer: considerando-se as fracções 10/20, 10/50, 10/100, o número 10 permanece constante, decrescendo no entanto constantemente o seu valor proporcional, porque a grandeza dos denominadores aumenta. Assim cai por terra o grande principio segundo o qual a grandeza dos números inteiros é «regulada» pela quantidade das unidades que contém. ([retornar ao texto](#))

20 O mesmo acontece em outros domínios. Um homem, por exemplo, só é rei porque outros homens se consideram seus súbditos e se comportam como tais. Mas, ao contrário, eles acreditam que são súbditos porque ele é rei. ([retornar ao texto](#))

21 F. L. A. Ferrier (sub-inspector das alfândegas): *Du Gouvernement considéré dans ses rapports avec le commerce*, (1805) e Charles Ganilh: *Des Systemes d'Economte politique*, (2^a ed., 1821). ([retornar ao texto](#))

21^a [Homero, por exemplo, exprime o valor de uma coisa numa série de coisas diferentes.] ([retornar ao texto](#))

22 Esta a razão por que se fala do valor-fato do tecido quando se exprime o seu valor em fatos, do seu valor-trigo quando se exprime em trigo, etc. Cada expressão deste género dá a entender que é o seu próprio valor que se manifesta nesses diversos valores-de-uso. «Como o valor de uma mercadoria denota a sua relação de troca, podemos assim falar do seu valor-trigo, do seu valor-fato, conforme a mercadoria com a qual é comparado; sendo assim, existem milhares de espécies de valor, tantas quantos os géneros de mercadorias, sendo todas igualmente reais e igualmente nominais» (S. Bailey, *A Critical Dissertation on the Nature. Measure and Cause of value: chiefly in reference to the writings of Mr. Ricardo and his followers...*, 1825. p. 39). S. Bailey, o autor deste escrito anónimo, que na altura deu muito que falar em Inglaterra, supôs ter liquidado qualquer conceito positivo de valor com esta enumeração das variadas expressões relativas do valor de uma mesma mercadoria. Apesar da estreiteza do seu espírito, não é menos verdade que por vezes pôs a nu as deficiências da teoria de Ricardo. Prova-o a animosidade com que ele foi atacado pela escola ricardiana, por exemplo na *Westminster Review*. ([retornar ao texto](#))

23 A forma de permutabilidade imediata e universal não deixa transparecer de modo algum que se trata de uma forma polarizada, [da mercadoria], contendo em si contradições, tão inseparável da forma contrária, sob a qual não é possível a troca directa, quanto o positivo de um dos pólos de um íman o é do negativo do outro pólo. Por isso, imaginar que se podem tornar imediatamente permutáveis todas as mercadorias, seria o mesmo que imaginar que todos os católicos podem ser feitos papas ao mesmo tempo. Mas na realidade, a forma-valor relativa geral e a forma-equivalente geral são os dois pólos opostos, que se pressupõem e se repelem reciprocamente, da mesma relação social das mercadorias. Esta impossibilidade de troca directa entre as mercadorias é um dos principais inconvenientes ligados à forma actual da produção, na qual, todavia, o economista burguês vê o *nec plus ultra* da liberdade humana e da independência individual. Inúmeros, inúteis e utópicos esforços foram tentados para vencer este obstáculo. Fiz ver algures que Proudhon tinha sido precedido nesta tentativa por Bray, Gray e outros mais. [A ilustração dessa utopia filistina é constituída pelo socialismo de Proudhon, que, como já noutra altura mostrei[19], nem o mérito da originalidade possui; muito antes dele, Gray, Bray e outros tinham feito o mesmo muito melhor. Isto não impede que hoje em dia tal sabedoria grasse em certos círculos com o nome de «ciência». Jamais uma escola abusou tanto da palavra «ciência» como a proudhoniana, pois «onde faltam os conceitos introduz-se oportunamente uma palavra.»] [20] ([retornar ao texto](#))

24 Recorde-se que, enquanto o resto do mundo parecia estar tranquilo, a China e as mesas

começaram a dançar .- *pour encourager les autres*. [21] ([retornar ao texto](#))

25 Entre antigos germanos, a grandeza de uma jeira de terra calculava-se pelo trabalho de um dia, e daí o seu nome *Tagewerk, Mannewerk*, etc. (*jurnale* ou *jornalis, terra jurnalís* ou *diurnalis*). [Ver Georg Ludwig von Maurer, *Einleitung zur Geschichte der Mark -, Hof -, etc. Verfassung*, Munique, 1854, p. 129 s.]. De resto, a expressão «*journal*» de *terre* subsiste ainda em certas regiões da França[22]([retornar ao texto](#))

26 Portanto, quando Galiani diz que o valor é uma relação entre pessoas - «da Richezza é una ragione tra due persone» (Galiani, *Della moneta*, t. III da recolha de Custodi dos *Scrittori classici Italiani di Economia politica, Parte Moderna*, 1803, p. 220) -, deveria ter acrescentado: «uma relação escondida sob a capa das coisas». ([retornar à nota](#))

27 «Que se há-de pensar de uma lei que só pode impor-se através de revoluções periódicas? É simplesmente uma lei natural, assente sobre a inconsciência daqueles que a suportam» (Friedrich Engels: *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*, p. 103 nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844). ([retornar ao texto](#))

28 O próprio Ricardo não dispensa a sua robinsonada. «Segundo ele, o caçador e o pescador primitivos são mercadores que trocam o peixe e a caça à razão da duração do trabalho contido nesses valores-de-troca. Aqui comete o singular anacronismo de pôr o caçador e o pescador a consultarem as tabelas de anuidades usadas em 1817 na bolsa de Londres, a fim de avaliarem os seus instrumentos de trabalho. «Os paralelogramas do Snr. Owen parecem ser a única forma de sociedade que ele conhecia além da sociedade burguesa.» [23] [Karl Marx, *Zur Kritik...*, pp. 38, 39 (*Contribuição...*, p. 64).] [24] ([retornar ao texto](#))

29 «Considerar que a forma primitiva da propriedade comum é uma forma especialmente eslava ou exclusivamente russa é um preconceito ridículo em voga nestes últimos tempos. É a forma primitiva que se encontra entre os Romanos, os germanos, os celtas, e de que, aliás, ainda hoje se pode encontrar um mostruário completo com diversos exemplares, ainda que, em parte arruinados, na Índia. Um estudo aprofundado das formas asiáticas da propriedade comum, sobretudo da Índia, mostraria como das várias formas da propriedade comum primitiva resultaram diversas formas da sua dissolução: Assim, por exemplo, os diferentes tipos originais da propriedade privada romana e germânica podem ser derivados das diversas formas da propriedade comum indiana» [Karl Marx, *Zur Kritik...*, p. 10 (*Contribuição...*, p. 67 sq.).] ([retornar ao texto](#))

30 Um dos primeiros economistas que depois de William Petty identificou o verdadeiro conteúdo do valor, o célebre Franklin, pode servir-nos de exemplo da maneira como a economia burguesa procede na sua análise. Diz ele: «Uma vez que o comércio nada mais é que troca de um trabalho por outro trabalho, é pelo trabalho que se avalia mais exactamente o valor de todas as coisas» (*The Works of Benjamin Franklin...*, ed. cit., t. II, p. 267). Franklin acha tão natural que as coisas tenham valor, como os corpos peso. A seu ver, trata-se simplesmente de achar a maneira de avaliar o mais exactamente possível esse valor. Nem sequer nota que ao dizer que «é pelo trabalho que se avalia mais exactamente o valor de todas as coisas», está a abstrair da diferença dos trabalhos trocados, reduzindo-os a um trabalho humano igual. De outro modo, deveria dizer: uma vez que a troca de botas ou de sapatos por mesas não é mais que uma troca de trabalho de sapateiro por trabalho de marceneiro é pelo trabalho do marceneiro que se avaliará com maior exactidão o valor das botas. Servindo-se da palavra «trabalho», em geral, ele abstrai do carácter útil e da forma concreta dos diversos trabalhos [27]. Quanto à insuficiência da análise de Ricardo acerca da grandeza do valor -e é a melhor -, será demonstrada nos livros III e IV desta obra. No que respeita ao valor em geral, a economia política clássica jamais distinguiu claramente ou expressamente entre o trabalho enquanto representado no valor, e o mesmo trabalho enquanto representado no valor-de-uso do produto. É certo que ela faz de facto esta distinção, uma vez que considera o trabalho tanto do ponto de vista da qualidade, como do da quantidade. Mas não lhe ocorre que uma diferença meramente quantitativa dos trabalhos pressupõe a sua unidade ou a sua igualdade qualitativa, ou seja, a sua redução ao trabalho humano abstracto. Por exemplo, Ricardo declara-se de acordo com Destutt de Tracy quando este diz: «Uma vez que é certo que as nossas faculdades físicas e morais são a nossa única riqueza originária, que o emprego destas faculdades - um qualquer trabalho - é o nosso único tesouro primitivo, e que é sempre deste emprego que nascem todas as coisas que chamamos bens (...) também é certo que todos estes bens representam apenas o trabalho que os criou, e que se eles têm um valor, ou mesmo dois valores distintos, só podem extrair estes valores do valor do trabalho de que emanam». (Destutt de Tracy, *Éléments d'idéologie*, partes IV e V, Paris, 1826, p. 35, 36) .[Ricardo, *The Principles of Political Economy*, 3.a ed. Londres, 1822, p. 334.] Acrescentemos apenas que Ricardo atribui às palavras

de Destutt, um sentido mais profundo do que elas contêm. É certo que Destutt diz, por um lado, que as coisas que constituem a riqueza «representam o trabalho que as criou»; mas, por outro lado, entende que elas retiram os seus «dois valores diferentes» (valor-de-uso e valor-de-troca) do «valor do trabalho». Cai assim no lugar comum da economia vulgar, que pressupõe como dado o valor de uma mercadoria (do trabalho, por exemplo) a fim de determinar o valor das outras. Ricardo interpreta-o como se ele dissesse que o trabalho (e não o seu valor) se representa quer no valor-de-uso quer no valor-de-troca. Mas o próprio Ricardo distingue tão pouco claramente o duplo carácter do trabalho, que em todo o seu capítulo *Valor e Riqueza*, é obrigado a debater-se laboriosamente com as trivialidades dum J. B. Say. Por isso, no final, fica também muito espantado por se encontrar de acordo com Destutt quanto ao trabalho como fonte de valor, quando este por sua vez está de acordo com Say sobre o conceito de valor. ([retornar ao texto](#))

31 Uma das falhas principais da economia política clássica é nunca ter conseguido deduzir da sua análise da mercadoria, e especialmente do valor dessa mercadoria, a forma[-valor] sob a qual ela se torna valor-de-troca. São precisamente os seus melhores representantes, tais como Adam Smith e Ricardo, que tratam a forma-valor como qualquer coisa de indiferente ou sem qualquer relação íntima com a natureza da própria mercadoria. Não se trata somente de a sua atenção ser absorvida pelo valor como grandeza. A razão disso é mais profunda. A forma-valor do produto de trabalho é a forma mais abstracta e mais geral do actual modo-de-produção, [burguês], que adquire, por isso mesmo, um carácter histórico, o carácter de um modo particular de produção social. Se se comete o erro de a tomar pela forma natural, eterna, de toda a produção em todas as sociedades, perde-se necessariamente de vista o lado específico da forma-valor, logo, da forma mercadoria e, em maior grau, da forma-dinheiro, da forma-capital, etc. É isto que explica a razão por que se encontram em economistas, completamente de acordo entre si sobre a medição de grandeza do valor pela duração do trabalho, as ideias mais diversas e mais contraditórias sobre o dinheiro, ou seja, sobre a forma acabada do equivalente geral. Nota-se isto sobretudo quando se trata de questões como a dos bancos, por exemplo; é então um nunca mais acabar de definições do dinheiro e de lugares-comuns constantemente debitados a este propósito. [Por isso surgiu em sentido contrário um sistema mercantilista restaurado (Ganilh, etc.) que vê no valor apenas a forma social, ou melhor, apenas a sua aparência desprovida de substância.] Aproveito para chamar a atenção, uma vez por todas, que entendo por *economia política clássica* toda a economia que, a partir de Willam Petty, procura penetrar no conjunto real e íntimo das relações de produção na sociedade burguesa, por oposição à *economia vulgar*, que se contenta com as aparências, ruma sem cessar, por necessidade própria e para vulgarização dos fenómenos mais notórios, os materiais já elaborados pelos seus predecessores, limitando-se a erigir pedantemente em sistema e a proclamar como verdades eternas as ilusões com que os burgueses gostam de povoar o seu mundo, para eles o melhor dos mundos possíveis. [28] ([retornar ao texto](#))

32 «Os economistas têm uma maneira singular de proceder . Para eles existem apenas duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições feudais são instituições artificiais; as da burguesia são instituições naturais. Nisto assemelham-se aos teólogos, que também distinguem duas espécies de religiões: qualquer religião que não seja a sua é uma invenção dos homens, enquanto que a sua própria religião é uma emanação de Deus. Deste modo, houve história, mas já não há» (Karl Marx, *Misere de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Misere de M. Proudhon*, 1837, p. 113). O mais divertido é Bastiat, que imagina que os gregos e os romanos viviam apenas da rapina. Mas para se viver da rapina durante vários séculos, é necessário que tenha existido sempre qualquer coisa para roubar ou que o objecto das rapinas continuas se reproduza constantemente. É de crer, pois, que os gregos e os romanos tivessem também o seu processo de produção, e portanto uma economia que constituía tanto a base material da sua sociedade, quanto a economia burguesa constitui a base da sociedade actual. Ou pensará Bastiat que um modo-de-produção assente no trabalho dos escravos é um sistema de roubo? Coloca-se então num terreno perigoso. Quando um gigante do pensamento como Aristóteles pode enganar-se na sua apreciação do trabalho escravo, por que é que um economista anão como Bastiat haveria de acertar na sua apreciação do trabalho assalariado? Aproveito esta oportunidade para responder sucintamente a uma objecção que me foi feita por um jornal germano-americano a propósito da minha obra: *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, publicada em 1859. Segundo ele, a minha opinião de que o modo-de-produção determinado e as relações sociais que daí derivam, numa palavra, «a estrutura económica da sociedade, é a base real sobre a qual se eleva o edifício jurídico e político», de tal maneira que «o modo-de-produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual», segundo ele, esta opinião seria justa para o mundo moderno, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Desde

logo, é estranho que alguém se disponha a crer que alguém ignora estas trivialidades sobre a Idade Média e a antiguidade. O que é evidente é que nem a primeira podia viver do catolicismo, nem a segunda da política. Pelo contrário, as condições económicas de então explicam a razão por que, no primeiro caso o catolicismo e no segundo a política, desempenhavam o papel principal. De resto, um mínimo de conhecimentos sobre a história da república romana, por exemplo, basta para ver que o segredo da sua história é a história da propriedade fundiária. Por outro lado, ninguém ignora que já D. Quixote teve que se arrepender por ter acreditado que a cavalaria andante era compatível com todas as formas económicas da sociedade. ([retornar ao texto](#))

33 «Value is a property of things, riches of man. Value, in this sense, necessarily implies exchanges, riches do not» (*Observation on some verbal Disputes in Pol. Economy...*, 1821. p. 16). ([retornar ao texto](#))

34 «Riches are the attribute of man, value is the attribute of commodities: A man or a community is rich. a pearl or a diamond is valuable (...) A pearl or a diamond is valuable as a pearl or a diamond» (S. Bailey, *l. c.*, pp. 165 sq.). ([retornar ao texto](#))

35 O autor das *Observations* e S. Bailey acusam Ricardo de ter transformado o valor-de-troca, de coisa puramente relativa em algo de absoluto. Ao contrário, ele reduziu a relatividade aparente que estes objectos (tais como a pérola e o diamante, por exemplo) possuem como valor-de-troca, à verdadeira relação escondida sob esta aparência, à sua relatividade como meras expressões de trabalho humano. Se os partidários de Ricardo só souberam responder a Bailey de forma grosseira e nada concludente, isso só aconteceu porque não encontraram no próprio Ricardo nada que os esclarecesse acerca da relação íntima que existe entre o valor e a sua forma, ou seja, o valor-de-troca. ([retornar ao texto](#))

Notas dos Tradutores:

(*) Contradição nos termos. ([retornar ao texto](#))

(**) Completamente, inteiramente. ([retornar ao texto](#))

(...)

[9] Na ed. alemã: «O Processo de Acumulação do Capital». ([retornar ao texto](#))

[9a] Como o próprio Marx diz no prefácio à 1ª ed. alemã, os três capítulos que constituem esta 1ª Secção de *O Capital* reproduzem o conteúdo do seu livro anterior *Zur Kritik der politischen ökonomie* (1859), para o qual frequentemente remete e que muitas vezes transcreve. Contudo, não foram incluídos em *O Capital* nem os anexos históricos A, B e C, nem a secção IV «Os metais preciosos» daquela obra. Nas remissões para essa obra utilizámos a ed. portuguesa, publicada em Lisboa em 1971, alterando a tradução quando isso nos pareceu necessário.

[10] Este parágrafo não existe na ed. definitiva alemã. Passou parcialmente da 1ª ed. alemã para a ed. francesa. ([retornar ao texto](#))

[11] Redacção diferente no alemão: «Para simplificar, na nossa exposição consideraremos que toda a espécie de força de trabalho é, directamente, força de trabalho simples, o que nos poupa apenas a tarefa da redução de um ao outro». Na verdade, Marx nunca chegou a desenvolver o importante problema da redução do trabalho complexo ao trabalho simples. ([retornar ao texto](#))

[12] Redacção diferente deste período no alemão: «Força produtiva é sempre, naturalmente, a força produtiva de um trabalho útil, concreto, e, de facto, apenas determina o grau de eficácia de uma actividade produtiva, com objectivo determinado, durante um certo espaço de tempo.» Este texto apenas define mais claramente a força produtiva (ou produtividade) do trabalho. ([retornar ao texto](#))

[13] Cfr. Shakespeare, *Henrique IV*, I parte, III acto, cena III. ([retornar ao texto](#))

[14] Na ed. francesa esta nota vem manifestamente deslocada, no início do § 3º. ([retornar à nota](#))

[15] O texto desta nota, que não consta da ed. francesa, é a reprodução, resumida, da primeira parte de outra nota da ed. francesa. Incluímos os dois textos. Ver *infra*, nota 30. ([retornar à nota](#))

[16] Estes dois últimos períodos têm redacção diferente no alemão: «Na relação de valor do tecido, o fato figura como qualitativamente igual àquele, como coisa da mesma natureza, dado que é um valor. Ele figura aqui, pois, como uma coisa na qual o valor se manifesta ou que na sua forma

natural, palpável, representa valor». [\(retornar ao texto\)](#)

[17] «Paris vale bem uma missa». teria dito Henrique IV em 1583 ao converter-se ao catolicismo. [\(retornar ao texto\)](#)

[18] Na análise que precede, Marx refere-se à obra de Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, livro V. Cap. V. [\(retornar ao texto\)](#)

[19] Cfr. de Marx: *Miséria da Filosofia-Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon* (1847). Cap. 1 e *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, ed. portuguesa (Lisboa 1971) p.73 (nota 44) e pp. 91 seg. [\(retornar à nota\)](#)

[20] Cfr. Goethe, *Fausto*, 1ª. Parte «Quarto de estudo». [\(retornar à nota\)](#)

[20a] Na ed. francesa: «Forme monnaie ou argent». Em nota justifica-se: «A tradução exacta das palavras alemãs *Geld* e *Geldform* apresenta uma dificuldade. A expressão «forme-argent» pode aplicar-se indistintamente a todas as mercadorias, salvo os metais preciosos [pois *argent* significa *dinheiro* e *prata*]. Não se poderá dizer, por exemplo, sem provocar confusão no espírito dos leitores: «forme-argent de l'argent», ou «l'or devient argent». De resto, a expressão «forme-monnaie» apresenta um outro inconveniente, pois em francês a palavra *monnaie* é frequentemente utilizada no sentido de moedas (...) ». Evidentemente, tal perigo não existe no português. Por isso traduziremos sempre *Geld*, etc, por *dinheiro*, etc, e utilizaremos o termo *moeda* para traduzir o alemão *Münze* (no francês traduzido, segundo os casos, por *numeraire* ou *espèces*). [\(retornar ao texto\)](#)

[21] «Para encorajar os outros». - Depois da derrota das revoluções de 1848-49 na Europa e durante o período de reacção e de «acalmia» que se lhe seguiu, houve um grande entusiasmo, nos círculos das classes altas, pelo espiritismo, incluindo o jogo da «mesa dançante». Ao mesmo tempo, na China, a partir de 1850, dava-se o levantamento dos camponeses, conhecido pela *Revolta dos Tai-ping*. [\(retornar à nota\)](#)

[22] Também em Portugal as palavras *jeira* e *jornal* designaram medidas da terra, quantidade de terra trabalhada durante um dia por um homem ou por uma junta de bois. O seu uso subsiste em muitas regiões do país. [\(retornar à nota\)](#)

[23] «Paralelogramos de Owen». Owen, «socialista utópico» inglês (m. em 1858) propugnava a criação de colónias segundo os seus planos de reforma social, e tentou provar que a forma mais conveniente para elas seria a do paralelogramo ou a do quadrado. [\(retornar à nota\)](#)

[24] Na ed. francesa esta nota e a seguinte estão traduzidas mais ou menos livremente e sem referência à *Contribuição*. Aproximámos o texto do original. [\(retornar à nota\)](#)

[25] Este parágrafo contém uma das poucas passagens em que Marx esboça os traços da sociedade futura, e mesmo assim não como antecipação mas apenas como hipótese de trabalho. Note-se, contudo, a referência, também rara nos textos clássicos do marxismo, à planificação como característica da sociedade socialista. [\(retornar ao texto\)](#)

[26] Segundo o filósofo grego Epicuro os deuses habitavam o intermundos, o espaço entre os mundos, não tendo influência sobre a vida do mundo e dos homens. [\(retornar ao texto\)](#)

[27] Na ed. alemã a presente nota começa a partir daqui. O texto precedente constitui, resumido, a nota 17a, também incluída nesta edição. [\(retornar ao texto\)](#)

[28] Na ed. francesa esta nota vem colocada no final do § 3, al. D. Parece deslocada aí. [\(retornar à nota\)](#)

[29] Redacção diferente destes dois períodos na ed. alemã: «Uma vez que a forma-mercadoria é a forma mais geral e mais elementar da produção burguesa - razão por que surgiu cedo, embora não da maneira dominante e característica de hoje -, daí que pareça relativamente fácil aperceber o seu carácter fetichista. No caso de formas mais concretas até essa aparência de simplicidade desaparece». [\(retornar ao texto\)](#)

[30] Shakespeare, *Much Ado for Nothing*, acto III, cena III. [\(retornar ao texto\)](#)